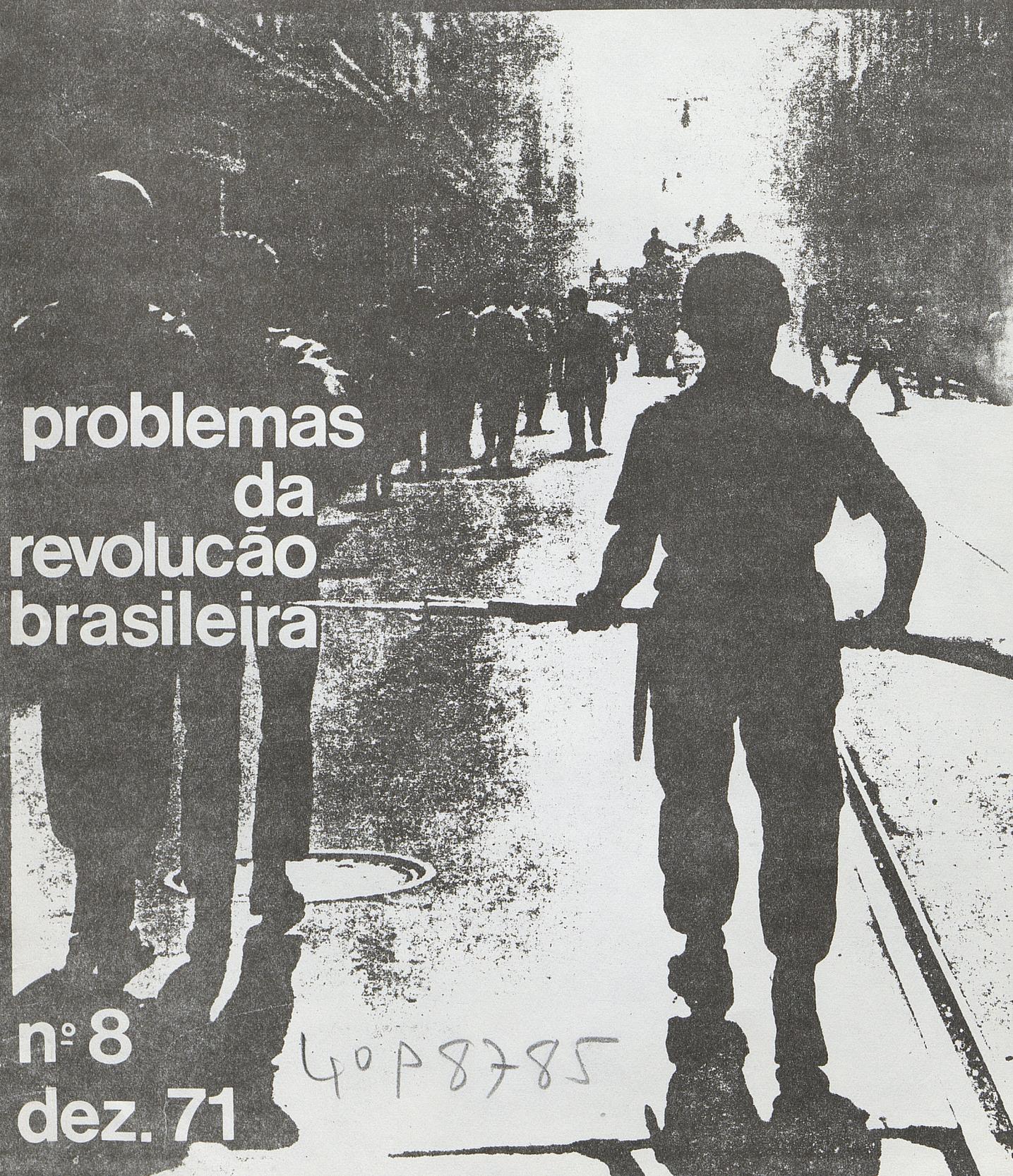


Acq 196259

6, F



DEBATE



problemas
da
revolução
brasileira

nº 8
dez. 71

40 P 8785

Este número traz alguns documentos necessários ao debate que ora se trava em torno do texto centralizador da luta interna no seio da ALN. Este texto, Uma Auto-Crítica Necessária, vem aglutinando uma Tendência Leninista dentro da Ação Libertadora Nacional. Sua publicação em DEBATE-7 suscitou uma larga discussão, que prossegue neste número.

Falamos em documentos necessários à discussão. Reeditamos no presente número as resoluções políticas da Conferência Estadual de São Paulo do Partido Comunista Brasileiro (Abril 1967), que os companheiros da Tendência Leninista da ALN consideram como ponto de referência político de suas próprias concepções. Combinada ao prosseguimento do debate crítico e auto-crítico, a publicação deste documento ajuda mais ainda, a nosso ver, o necessário aprofundamento da discussão que hoje desenvolvem os marxistas do Brasil.

Um grande número de militantes revolucionários se pronuncia claramente pela auto-crítica. Muitos deles romperam com o vanguardismo militarista sem a necessária conceituação teórica deste desvio. Guiavam-se pelo bom-senso, já que basta bom-senso para perceber que o vanguardismo militarista leva a um beco sem saída. Este mesmo bom-senso havia já feito com que as bases militantes mais consequentes rompessem com a "velha esquerda" após o golpe de 64.

No entanto, bom-senso só não basta. Constatar na prática o subjetivismo dos vanguardistas não é suficiente para mudar o rumo das coisas. É preciso fazer com que a crítica deste subjetivismo transforme-se em reelaboração do programa da revolução, em redefinição da tática da presente fase, em arma da construção do partido do proletariado brasileiro.

Os militantes que se vinculam à luta diária das classes oprimidas e exploradas, os militantes que enchem as prisões, os militantes no exílio, todos, exceto alguns cegos que "medem o avanço da luta do povo pela quantidade de dólares expropriados à burguesia", vêm a luta ideológica como tarefa decisiva na superação do impasse a que chegou o movimento revolucionário brasileiro.

Esta corrente que busca utilizar as verdades universais do marxismo-leninismo para a elaboração de uma análise justa da revolução brasileira começa no momento a encontrar pontos de vista comuns em algumas questões. A reafirmação da necessidade do partido leninista, a compreensão do real significado de unir-se ao povo, são questões que aos poucos passam a preocupar um número crescente de nossos quadros e militantes revolucionários. Este início de homogeneização de nossos pontos de vista tende a dar organicidade a grupos revolucioná-

rios decididos a intensificar a luta ideológica. Alguns destes grupos constituem-se já em tendências, que publicam uma boa parte de suas discussões.

Cabe aqui uma referência especial aos companheiros da Tendência Leninista da ALN. A proposta de auto-crítica que lançaram é em muitos pontos mais avançada que as tentativas anteriores de afirmar a hegemonia proletária e marxista no movimento revolucionário brasileiro. Desde a crise política no seio da VPR-1 passando pelo racha da VAR-PALMARES, são numerosas as tentativas feitas neste sentido. Elas se materializaram num sem-número de processos de luta interna, quase todos mal conduzidos e que nunca chegaram a formular na prática uma alternativa político-programática ao radicalismo de classe média. A conjuntura, até meados de 70, não favorecia este esforço: estava-se ainda em plena "euforia armada" e falar em dinâmica das lutas de massa, em restabelecimento do marxismo-leninismo, etc. era um meio infalível de ser rotulado de "desbundado", de "pacifista" e de outros adjetivos mais do arsenal gramatical do militarismo. A situação hoje é diferente e uma iniciativa como a dos companheiros leninistas da ALN pode vir a ter grande alcance. Esta opinião decorre sobretudo (1) da caracterização de classe que o documento Uma Autocrítica Necessária faz do militarismo, isto é, insistindo em que ele representa uma forma através da qual o radicalismo de classe média disputa ao proletariado a hegemonia na luta contra a ditadura; (2) da recusa em considerar a chamada "frente das cinco organizações" como sendo a vanguarda do movimento revolucionário brasileiro e (3) da afirmação de que o reagrupamento dos revolucionários marxistas do Brasil deve ser o resultado de um processo de luta ideológica e de elaboração política coletiva do qual participem todas as forças operárias e marxistas-leninistas do Brasil.

É discutível se a auto-crítica que o documento dos leninistas da ALN apresenta seja realmente satisfatória, se ela chega ao fundo dos problemas. Nossa opinião é de que ela apenas inicia dentro da ALN este processo, a nosso ver indispensável. Aspecto discutível também é a questão de saber se uma proposta de auto-crítica e de reagrupamento em torno do marxismo-leninismo deva trazer já consigo um programa completo da revolução, como o faz o documento Uma Autocrítica Necessária. Mesmo salientando que se trata de um documento "para discussão" (mas afinal, para os que acreditam na discussão coletiva, todos os documentos, são, de uma forma ou de outra, num nível ou noutro, para discussão) os companheiros leninistas da ALN sabem muito bem que estão já orientando esta discussão que preconizam e que iniciam. Isto não é crítica: é mera constatação. Ora, ao orientá-la, ao já tomar partido (por exemplo) pela "estratégia de libertação nacional" ou ao já falar em "destacamentos de propaganda armada", estão conduzindo a discussão política para muito além dos pontos a respeito

dos quais há perfeita convergência entre os revolucionários marxistas do Brasil (necessidade do partido leninista, necessidade da auto-crítica, luta pelo reagrupamento através da discussão e da elaboração coletivas dentro e fora das formações políticas atuais de nosso momento revolucionário, etc.), e no sentido de uma linha política já bem determinada. Ora, é óbvio que o caminho da unidade deve ser o de firmar primeiro os pontos que unificam, desenvolver uma prática unitária em cima destes pontos e confiar na elaboração coletiva para resolver os pontos polêmicos, e não afirmar desde logo os pontos controversos. Os que se unirem amanhã com os companheiros leninistas da ALN, não se unirão pelo fato destes companheiros serem da ALN, mas por serem leninistas. Os que se unirem amanhã com os companheiros que preconizam uma estratégia "de libertação nacional", poderão não estar de acordo com a concepção mesma de "estratégia nacional-libertadora", mas o que os decidirá em última instância é o ponto de vista marxista-leninista, é a tese da hegemonia do proletariado: inúmeros são os marxistas do Brasil que, não aceitando a "estratégia de libertação nacional", aceitam convergir com os que a preconizam desde que estes estejam lutando para que a classe operária possa cumprir seu papel de combatente de vanguarda pela transformação de nossa sociedade... Insistir no que une os revolucionários marxistas, travar a luta ideológica contra as correntes não-marxistas de nosso movimento revolucionário, eis as tarefas do momento...

Neste sentido, e reiterando nosso apoio de princípio não somente aos companheiros leninistas da ALN mas a todos aqueles que levantam a bandeira do partido da classe operária, do partido do socialismo, do partido marxista-revolucionário, pomos mais uma vez -como poremos sempre- nosso boletim DEBATE a serviço da discussão política organizada, a serviço do processo crítico e auto-crítico de nosso movimento revolucionário, de maneira a que este processo venha a abranger todos os militantes, tanto os que estão dentro quanto os que estão fora das formações político-partidárias atuais. Buscamos a unidade com todos os marxistas que trilham o caminho da luta ideológica. E lutamos hoje pelo surgimento de um órgão central de discussão e de elaboração teórica no qual todos possam se reconhecer. Este órgão será um grande avanço na realização da tarefa difícil e prolongada que todos os comunistas do Brasil devem assumir.

A todos os companheiros que nas duras condições da clandestinidade mantêm atuante uma imprensa operária marxista-leninista, aos estudantes que já se rearticulam em torno de folhas de denúncia e mesmo de órgãos de discussão política, aos coletivos políticos que na emigração caminham no sentido da constituição de uma imprensa marxista-revolucionária (no Chile, além de Temes e Debates, que já atingiu seu quinto número, podemos citar Pueblo/Poder, que acaba de surgir), a todos, dirigimos nosso apelo unitário.

DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES
São Paulo (Conferência Estadual)
Abril - 1967

A CONFERÊNCIA ESTADUAL

Reuniu-se no mês de abril, a Conferência Estadual de São Paulo, a fim de discutir as Teses apresentadas pelo C.C., eleger a nova direção dos comunistas de São Paulo, bem como seus delegados à mais alta instância do nosso Partido. Além dos delegados das organizações intermediárias, a ela compareceram os membros e suplentes do antigo C.E., alguns convidados e a delegação do C.C.

Após a verificação dos mandatos dos camaradas delegados, a respeito da qual não houve qualquer dúvida, os debates foram abertos pelo camarada Menezes, primeiro secretário do C.E.

CONTRA A INDEFINIÇÃO

Em suas palavras iniciais, o camarada Menezes frisou que "uma linha política mais consentânea com a realidade brasileira terá que fugir à indefinição e ao caráter dúbio das teses. Uma tal linha, sobretudo, terá que romper com a submissão da tática do proletariado à tática da burguesia". E, adiante:— "Nossa posição firme é de combate à influência ideológica da Burguesia no Partido, é de luta contra a submissão do proletariado à liderança burguesa. Assim, podemos e devemos desencadear lutas de massas na área urbana e, principalmente, na área rural. As lutas na área rural nos impelirão à luta armada, que será o resultado de uma preparação sistemática, no interior do país e nos centros urbanos, com o apoio indispensável do movimento de massas organizado pela base. Para isso pressupõe-se — logicamente — a luta pela frente única, a unidade das forças populares antes de tudo, no desencadeamento do processo visando à suprema aspiração — a conquista do poder pelas massas, a substituição da atual ditadura por um governo que assegure a real independência do país do jugo norte-americano".

O CAMINHO DA REVOLUÇÃO

Sobre o caminho da revolução afirmou o camarada Menezes: "Definidos igualmente estamos quanto ao caminho armado da revolução brasileira. Não se trata, como pensam alguns, de adotar uma posição subjetivo, voluntarista. A realidade brasileira e as componentes da situação internacional mostram a inviabilidade de uma saída pacífica."

"Os problemas brasileiros são de estrutura, sobremaneira agravados pela crise geral do capitalismo!.. " à parte de análise sobre o Estado de São Paulo (do informe do Balanço) e sua estrutura agrária, bem como sobre a atuação do imperialismo ...mostram quanto há de ilusório em basear nossas esperanças na burguesia e em esperar uma saída pacífica com a burguesia à frente. A realidade latino-americana, em que a Revolução Cubana se projeta em

verdadeira grandeza, com repercussões e implicações inrecorríveis, é outro fator que impele à saída pela luta armada. Não podemos ser indiferentes às Resoluções da Conferência Tricontinental de Havana, que apoiamos integralmente, de acordo com a Resolução do CC de junho de 1966. E quando, de 28 de julho a 5 de agosto próximos se realizar em Havana a Conferência de Solidariedade dos Povos de América Latina, então se verá que a luta armada e sua preparação vão avançando cada vez mais em nosso Continente. Hoje, o Brasil é um país cercado pelas guerrilhas dos países com os quais tem fronteiras. (...) Torna-se cada vez mais imperioso organizar uma guerra de libertação necessária e justa contra o imperialismo dos Estados Unidos. Na maioria dos países latino-americanos — e aí se incluem Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Argentina, Brasil — amadurecem condições que levarão à luta armada."

E, adiante: — "A meta que se traduz na conquista do poder pelas massas, pela frente única de conteúdo popular e não exclusivamente burguês ou sob liderança burguesa, não será alcançada por uma ilusória redemocratização ou pela saída pacífica, e, sim, pela luta armada, com a unidade das forças populares. O direito à insurreição popular, à rebelião armada das massas, visando à libertação nacional e à supressão da propriedade injusta da terra pelos latifundiários, os grandes capitalistas e os trustes norte-americanos é hoje em dia, reconhecido até pela Igreja, como se depreende da encíclica "Populorum Progressio", recentemente lançada pelo Papa."

UNIDADE DO PARTIDO

Afirmou ainda o camarada Menezes: "Somos e sempre fomos contra o fracionismo. Entretanto, houve quem propagasse a intriga de que a direção do Partido em São Paulo, ou alguns de seus dirigentes, estariam organizando um outro partido comunista. Tal partido surgiria para abrigar os que divergem das Teses. Os autores da intriga chegaram a anunciar o aparecimento do manifesto assinado que declararia fundado o novo partido. Não existe, porém, manifesto nenhum, e a manobra não surtiu efeito. "

"Nossa posição é de luta de idéias, é de travar o debate dentro do Partido para ajudar a encontrar uma linha política que corresponda à realidade brasileira. Para quem adota tal posição, o recurso à organização do fracionismo e de um novo partido não conduz ao fim almejado. O que nos interessa, em São Paulo, é levar o Partido para a luta de massas, nos ligarmos às empresas e à grande massa do proletariado, aos camponeses e aos assalariados rurais, enfrentar os problemas da pequena burguesia urbana e rural e, em geral, das classes médias. "

A árdua luta de idéias que travamos no interior do Partido contra as TESES não nos afastará dos princípios marxistas-leninistas, como não nos afastou. O centralismo democrático prossegue sendo para nós o princípio diretor do Partido. Mas não abrimos mão do nosso direito de opinar. E, como

nos situamos no terreno da luta ideológica, não faremos aí, nenhuma concessão. Somos contrários à conciliação ideológica, que tanto prejuízo causou e tem causado ao Partido. A unidade ideológica não se obtém fazendo arranjos, nem cedendo em questões de princípio para não alterar a rotina. O pensamento revolucionário é incompatível com o pensamento não revolucionário. A ideologia do proletariado não se une à ideologia da burguesia.

"Nossa perspectiva, certamente, é de unidade, unidade em torno dos princípios marxistas-leninistas. E, tal perspectiva de unidade é dada, sobretudo, pelo trabalho prático. É momento de cessar a passividade dos comunistas, de nos lançarmos à luta e ocuparmos nosso lugar à frente das massas. Através dos projetos de resolução apresentados a esta Conferência sobre o plano de trabalho das massas e da construção do Partido, sobre o plano de trabalho entre a classe operária e entre os camponeses, é possível unir os esforços do Partido em São Paulo, levar os comunistas a tomar a iniciativa e a lutar. Tal é o nosso desejo."

HOMENAGENS

A Conferência prestou homenagem aos militantes tombados neste último período, personificados nas pessoas dos camaradas José Francisco de Oliveira — Papai — e Pedro Motta Lima, aos líderes guerrilheiros tombados nas lutas pela libertação da América Latina, particularmente Túrcios Lima, Camilo Torres, e Fabrício Ojeda, bem como à vítima da batalha pelo domínio do espaço, Komarov.

Finalmente, a Conferência aprovou as resoluções e elegeu seus delegados à instância máxima do Partido, bem como a nova direção do Partido no Estado.

AS TESES DO COMITÊ CENTRAL

(Contribuição apresentada à Conferência Estadual de São Paulo pelo camarada C. Menezes — na condição de primeiro secretário do C. E. — contribuição que contém sugestões a serem enviadas à mais alta instância partidária, visando à elaboração da futura linha política)

O Comitê Central abriu os debates — ainda que tardiamente — e, lançou suas Teses, com o objetivo de chamar todo o Partido à elaboração da linha política exigida pelas condições atuais.

As Teses, porém, não estão à altura, não satisfazem, não dão um passo à frente em busca do caminho da revolução Brasileira.

Qualquer pessoa que tome conhecimento do Io. capítulo das Teses, fica com a impressão de que o nosso Partido tinha que ser o partido da moderação, da prudência e da cautela, para não ferir os interesses da burguesia,

para não ir além do que era permitido pelas classes dominantes, para não ferir a hierarquia e a disciplina militares, para não haver divergências na frente única, para não seguir uma tática ofensiva. Os culpados de tudo seriam os esquerdistas da frente única, que queriam a ofensiva, precipitaram-se e caíram no sectarismo. O Partido também teve culpa — segundo as Teses — mas teve culpa porque permitiu esse esquerdismo todo, quando não havia condições para outra coisa senão apoiar a luta pelas reformas, de maneira que os golpistas e os imperialistas norte-americanos não viessem a se utilizar de nossa luta para acabar com tudo, como aconteceu. O erro do Partido teria sido não ficar dentro do limite do possível e não dizer isto publicamente, não agir de acordo com esta concepção. Se tivéssemos ficado dentro do limite possível e de nossas forças, ainda muito reduzidas, aí teríamos chamado a atenção para a impropriedade e o negativismo do continuísmo de Jango. Provavelmente seriam realizadas as eleições nos prazos normais, Jango seria substituído por outro Presidente — talvez um nacionalista — não haveria golpe e o processo democrático prosseguiria.

Evidentemente, uma posição como essa retrata um partido acomodado, conservador, que não luta para transformar as coisas. Parece mais um partido governista, um partido igual aos demais partidos das classes dominantes. Em vez de um Partido que adota a revolução política como meio de transformação social, um Partido que tem como aspiração máxima levar as massas à conquista do poder estatal, tais posições refletem um partido que procura limitar a transformação social às medidas que podem ser conseguidas das classes dominantes, um partido que ambiciona chegar à transformação social por transformação paulatina, fragmentária, como se o imperialismo e as classes dominantes estivessem dispostos a consentir nisto.

Apesar de parecer um relato objetivo dos fatos anteriores ao golpe de de 1º de abril, o primeiro capítulo das Teses é uma interpretação da situação feita segundo uma concepção marxista-leninista.

I- O problema da burguesia

As Teses focalizam erroneamente o problema da burguesia, por falta de um estudo científico do assunto.

Entretanto já existem pesquisas sobre os grandes grupos econômicos no Brasil e, conseqüentemente, já há estudos sobre a burguesia. Um deles foi procedido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (insuspeito para ser tachado de comunista) Aqui nos reportamos a esse estudo, esclarecendo que os dados numéricos citados dizem sempre respeito — nesse particular — ao ano de 1962.

As pesquisas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro revelam que os grandes grupos econômicos em nosso país são

constituídos de 55 gigantescos conglomerados de empresas, cada um dos quais com um capital próprio acima de 4 bilhões de cruzeiros velhos. Entre esses grupos encontram-se a Light, Pignatari, Matarazzo, Anderson Clayton, Ermírio de Moraes, a AMFORP, a Belgo-Mineira, Villares, Krupp, Mannesmann, Capuava, Volkswagen, Willys, Novo Mundo-Vomag, General Motors, Ford, Mercedes Benz, Klabin-Láfer, Vidro Plano, Guinle-Paula Machado, Simonsen, Moreira Salles, Almeida Prado, Lundgren, Severino Pereira da Silva, Gastão Vidigal, Quartim Barbosa, Ometto-Dedini e muitos outros.

Estes grupos de grandes capitalistas controlam os setores estratégicos da economia brasileira, têm em suas mãos a parte substancial da produção e da circulação de bens no país. Seu poder econômico-financeiro é o maior. São detentores do setor de exportação e de importação (Almeida Prado, Simonsen, Anderson Clayton, Bung & Born, Swift, Arnour). Controlam o setor bancário privado ou dispõem de bancos (Moreira Salles, Quartim Barbosa, Mesbla, Guinle-Paula Machado, Gastão Vidigal, Capuava). Monopolizam a distribuição de petróleo e de derivados (Esso, Shell). Dominam o setor de investimentos (Light, Volkswagen, Guinle, IBEC, Monteiro Aranha).

Comandam o setor privado da indústria de base e da mecânica pesada (Ermírio de Moraes, Vidro Plano, Mourão Guimarães, Alcan, Mannesmann, Villares, Pignatari, Schneider, General Electric, Pirelli, Novo Mundo-Vomag, Volkswagen, Monteiro Aranha, Klabin-Lafer). O setor têxtil e o ramo de hotéis se combinam no grupo Bezerra de Mello. Ometto-Dedini articula a agro-indústria do açúcar com um conjunto de mecânica pesada, fabricando equipamentos para usinas.

Os grandes grupos econômicos de capitalistas repartem-se entre estrangeiros e nacionais, perfazendo os estrangeiros 52% do total e os nacionais 43%. Entre os 52% estrangeiros predominam os norte-americanos. Os grupos que possuem maior capital, como os que estão acima de 10 bilhões e de 30 bilhões cada um, são estrangeiros na maioria.

Os grupos estrangeiros (em especial norte-americano) e os nacionais via de regra, são interligados. As interligações de grupos estrangeiros e nacionais se verificam, por exemplo, com Matarazzo e Goodrich Chemical; Bezerra de Mello e Henry Rogers & Co.; Gastão Vidigal e American Steel; Almeida Prado e Bráso Motor SA.; Mourão Guimarães e Phillips. E assim por diante. Em geral, grandes capitalistas brasileiros aparecem como diretores de firmas internacionalmente poderosa.

Os grupos econômicos da burguesia brasileira, com capitais de 1 a 4 bilhões de cruzeiros velhos cada um, somam 221 firmas.

As atividades principais desses grupos estão voltadas para a produção de bens industriais (têxteis, alimentos, papelaria, produtos farmacêuticos, artigos para viagem, materiais de construção, etc.).

Entre esses grupos encontram-se Pareto, Arno, Cimento Itaú, Indústrias Romi, Feffer, Paulo Ferraz, Ultragaz, Trol, Adler (Brinquedos Estrêla), Grupo Abdala, Prada, Scampa, Spina, Massari, Lorenzetti, Keutemedjian, Dias Martins, Gasparian, Probel e muitos outros.

Pelo menos, 46% desses grupos econômicos aparecem associados à empresas estrangeiras na base de 30%, 25% ou "fifty-fifty" (meio a meio), o que é mais frequente.

Há nesses grupos uma tendência nítida para a associação com o capital estrangeiro.

Todos os grandes grupos econômicos no Brasil, acima de 4 bilhões de cruzeiros velhos cada um, são organizados pelo sistema de empresas com matrizes no estrangeiro ou pelo sistema de "holdings", quer dizer, pelo sistema de empresas entrelaçadas que desenvolvem atividades principais e secundárias.

II- O Grupo Dominante da Burguesia

Em linhas resumidas, o grosso da burguesia brasileira é o que está acima retratado, correspondendo, na realidade à alta burguesia ligada ao imperialismo e também ao latifúndio. Sabe-se hoje, por exemplo, que uma boa parte das grandes propriedades rurais está em mãos dos grandes capitalistas, como se pode verificar em São Paulo, pelo quadro abaixo, que pelo menos cita alguns casos:

<u>Grandes Grupos Econômicos</u>	<u>Grandes Propriedades</u>
Ermírio de Moraes	em Mairinque
Matarazzo	em Guarulhos
Antunes	em Salesópolis e Taubaté
Aços Anhanguera	em Salesópolis
Dedini	em Piracicaba e Catanduva

É o grosso da burguesia brasileira, ou seja a alta burguesia que determina a posição de classe da burguesia, pois — como ensina o marxismo — a posição de uma classe é marcada pela posição do grupo dominante desta classe.

Ligado ao imperialismo e ao latifúndio, a burguesia brasileira, representada pelo grupo dominante desta classe (a alta burguesia), teme o proletariado e segue, no fundamental, o caminho das concessões ao imperialismo e ao latifúndio e não o das concessões ao proletariado.

O outro setor da burguesia brasileira — inteiramente distinto da alta burguesia — é representado sobretudo pela média e pequena burguesia industrial. Este setor não exerce atividades econômicas por meio de "holdings" e não tem influência política no governo. É um setor esmagado pelo impe-

rialismo. Vive das migalhas da alta burguesia, cujos grupos econômicos retratamos anteriormente.

As Teses chamam de burguesia nacional, erroneamente, um setor da alta burguesia, apresentando como não tendo ligação com os monopólios estrangeiros. A verdade é, porém, que toda a alta burguesia é ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio e nada tem que ver com a burguesia nacional, denominação que — a ser aceita — só poderia ser atribuída á média e pequena burguesia.

Em consequência do enfoque errado do problema da burguesia e de sua estrutura, as Teses 13, 35 e 51 cometem os maiores absurdos em nome da burguesia nacional. E o pior é que, confundindo a burguesia nacional (ou seja, a média e pequena burguesia) com a grande burguesia, as Teses se colocam a reboque desta última.

III- O Poder Estatal da Revolução

Partindo de premissas errôneas sobre a burguesia, as Teses estabelecem que o poder estatal da revolução deverá ser construído pelas classes e camadas que participem da luta contra o imperialismo e o latifúndio e, terá caráter pluripartidário, de modo a facilitar aos diversos setores do bloco de classe revolucionário manifestar-se livremente (tese 37)

Em seguida, a tese 38 formula o programa a ser cumprido pelo novo poder estatal, de caráter pluripartidário. O programa prescrito exige a libertação completa do domínio imperialista, a eliminação do latifúndio e das sobrevivências feudais, a reforma agrária radical, e assim por diante.

É impossível, porém, a um poder estatal revolucionário do qual faz parte a burguesia, em regime pluripartidário, realizar os objetivos assinalados, inclusive a reforma agrária radical. Isto só se daria com a burguesia brasileira se esta fôsse desvinculada dos monopólios imperialistas e do latifúndio.

Acresce que o programa chega até prever a distribuição dos frutos do desenvolvimento em benefício precípua das massas trabalhadoras da cidade e do campo, o que é possível com a eliminação da contradição entre a propriedade privada dos bens de produção e o consumo e os produtores, ou seja, a liquidação do capitalismo. Estariamos em face de uma situação em que o capitalismo viria a ser liquidado por um poder estatal, do qual participasse a burguesia.

As Teses entram em contradição com elas mesmas, porque ou o programa é demasiado avançado e esquerdista e de sua execução não pode participar a burguesia, como membro de um poder estatal pluripartidário, ou então o que se adota é uma posição de ilusão de classe, esperando-se o consentimento da burguesia a medidas opostas ao seu interesse.

Tais incongruências acontecem nas Teses porque não se quer abrir mão da crença de que a burguesia é a força capaz de liderar a revolução brasileira

IV - Ilusões de Classe

As ilusões na burguesia constituem o fio condutor das Teses e é isto o que se revela com nitidez no capítulo V, sobre a tática atual.

Em nenhum ponto deste capítulo se chama a atenção para a oposição popular à ditadura. Pelo contrário, destaca-se que setores burgueses prejudicados pela política econômica-financeira opõem à ditadura. "Sua oposição à ditadura --- diz a tese 51 --- apesar de vacilante e tendente ao compromisso, é de importante significação para o fortalecimento da frente democrática".

Em vez de uma oposição pela base, partindo de baixo, da força das massas nas empresas, nos bairros, nas escolas, no campo, recomenda-se, na tese 53, fazer um empenho tenaz e perseverante para unificar a ação de todas as forças e personalidades políticas que resistam à ditadura. Essa preocupação com as personalidades políticas, geralmente pertencentes à burguesia, preocupação que leva a abdicar de qualquer direito de crítica, é que tem levado tantos militantes a ilusões amargas em líderes burgueses como Jânio, Adhemar, Juscelino, Amadori Kruel, Carlos Lacerda e tantos outros.

A tese 54 dá relevo à oposição de personalidades e de setores dos distintos partidos, bem como à oposição do parlamento e principalmente do MDB. E acrescenta: "embora débil e tímida, esta oposição, que se expressa principalmente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), constitui fator positivo para a mobilização das forças populares" A vida já se encarregou de destruir essa ilusão. O MDB acomodou-se com a ditadura de Castelo Branco e agora volta-se para Costa e Silva. Em seguida, pede o apoio à manifestações em defesa das liberdades, visando assim a engrossar a oposição burguesa.

Ainda dentro do mesmo plano de ilusões de classe, surge o problema das Forças Armadas (tese 52). Em vez de uma auto-crítica pelas ilusões difundidas no chamado "dispositivo militar" e nas Forças Armadas, apresentadas em nossa atividade prática como forças democráticas, continua-se acreditando em que "setores das Forças Armadas venham a participar com o povo da luta contra a ditadura" decidindo-se a isso em face do avanço do movimento de massas. Subestima-se, assim, a importância do trabalho no interior das forças armadas, trabalho de vanguarda que ali deve ser realizado com objetivo concreto de atrair para o lado do povo os elementos militares revolucionários.

V - Sobre o Caminho da Revolução e as Formas de Luta.

As Teses temem tomar posição quanto ao caminho da revolução. Não se de finem pela via armada nem pela via pacífica. No passado, absolutizou-se o

caminho pacífico. As Teses atuais fogem ao problema. A redação reticente e indecisa das Teses mostra que se esperam mudanças na situação por meios graduais e pacíficos, com base nas contradições internas e na reação da burguesia contra o atual estado-de-coisas.

As Teses insinuam o caminho eleitoral como saída, afirmando que através de eleições é possível infringir derrotas que debilitem a ditadura, apresentando desse modo sua derrocada (tese59). Não se leva em conta a situação criada após o golpe e raciocina-se como se estivéssemos sob o governo Goulart, quando, apesar das limitações flagrantes à democracia, ainda era possível eleger candidatos chamados nacionalistas. Sob a ditadura, as eleições passaram a ser uma farsa total e, na verdade, constituem uma cobertura do governo despótico, que fêz das eleições e do Congresso instrumentos seus.

As Teses limitam-se a falar em formas de luta, que é outra coisa, diversa de caminho da revolução. As formas de luta podem ser pacíficas ou não, e isto constitui apenas uma questão de tática. Formas de luta, violenta ou não, podem coexistir.

O que se está apresentando na tese 58 sobre a coexistência de formas elementares e legais de luta, em certas regiões, com formas de luta mais elevadas, como a luta armada, em outras regiões, é circunstância que ocorre até no Vietnã, onde, entretanto, o caminho geral seguido é o da luta armada. O que cumpre definir sempre é o caminho geral, coisas que as Teses do C.C. deixam em branco.

As Teses tergiversam sobre o caminho da revolução, quando afirmam que o governo ditatorial, com o apoio do imperialismo norte-americano, poderá impôr ao povo o caminho da insurreição armada ou da guerra civil (tese60).

É curioso que a ditadura e o imperialismo norte-americano já tenham empregado a violência contra o povo, que o neofascismo já tenha sido implantado no Brasil e que só agora as Teses afirmem que o governo ditatorial, com o apoio do imperialismo, virá um dia a impor-nos a luta armada!

A fim de evitar o pronunciamento sobre o caminho armado da revolução é que as Teses se esquivam cuidadosamente de falar em derrubar, em pôr a baixo a ditadura, preferindo para substituir estas expressões a palavra derrota, usada nas Teses 60 e 61.

O fundamental, porém, é consignar a necessidade de preparar o Partido e as massas para a luta armada, como saída revolucionária, como perspectiva básica, para derrubar a ditadura ou enfrentar a agressão armada do imperialismo norte-americano.

Esta luta se prepara pacientemente —com tal objetivo— e diz respeito a todas as forças dispostas a bater a ditadura pela violência das massas e através das armas. Trata-se da luta armada, indicada como caminho da revolução, caminho diferente da saída pacífica, esta, sim, inviável e ilu-

sória.

VI - A Questão do Governo e das Crises do Governo.

Afirma-se na tese 61 que o governo das forças anti-ditatoriais, a surgir com a derrota da ditadura, poderá ser mais avançado ou menos avançado.

Estamos em face de uma tese espontaneísta, alheia, portanto, ao marxismo-leninismo.

Os comunistas sempre apresentam às massas, com clareza, o tipo de governo pelo qual lutam. As Teses renunciam à aplicação de tal princípio por que admitem a liderança da burguesia e que ela substitua o governo ditatorial. Só aí então — segundo a tese mencionada — será possível verificar o maior ou o menor grau de avanço do novo governo e das condições para uma adesão e prosseguir na luta.

Com essa teoria, é impossível ao Partido exercer qualquer liderança, e terá que continuar mesmo a reboque da burguesia.

Essa idéia espontaneísta é desenvolvida nas teses 62 e 63, nas quais se dá um grande peso às contradições internas do bloco que participou do golpe de abril, como fator de enfraquecimento da ditadura, de novos golpes e crises de governo. Afirma-se que a impopularidade e o isolamento da ditadura podem conduzir setores das classes dominantes a substituir o governo reacionário, excluindo a participação dos trabalhadores e do povo.

Não podemos negar a possibilidade de um golpe dentro do golpe. Mas o que não podemos é ficar à espera de que isso aconteça.

Uma coisa é tomar uma posição concreta diante de uma realidade concreta. Outra, muito diferente é ver numa hipótese abstrata um caminho para nos livrarmos da ditadura, como fazem as Teses.

A situação atual já por demais reacionária para que se possa pensar em impedir uma situação reacionária, advinda de novo golpe. Também é ilusório pensar-se na reconquista das liberdades pela ação das massas quando setores das classes dominantes se dispuserem a substituir o governo da ditadura.

Esta maneira dúbia de enfrentar a realidade só pode levar os comunistas e as massas à passividade.

As Teses idealizaram essas várias hipóteses para evitar falar da perspectiva da insurreição popular e da guerra civil, para se esquivar de uma definição a respeito do caminho da revolução brasileira.

Tais concepções só podem conduzir as massas, despreparadas e sem nenhuma perspectiva de resolver a situação brasileira através de seus próprios esforços, a serem surpreendidas por um golpe, acabando esmagadas, sem liderança e sem organização. A tática apresentada pelas Teses se baseia, afinal, numa saída sob a liderança da burguesia. Os que desejam ver o Brasil

livre da ditadura e do imperialismo não podem confiar em tal tática.

VII - Sobre a Auto-Crítica.

A tese 64 incide num erro teórico, ao admitir a existência de uma linha política, acertada ou não, mas que seja independente da concepção da revolução. Ora, não há linha política abstrata. Toda linha política obedece a uma determinada concepção ideológica. Cai-se neste equívoco, porque não se quer confessar que há erros na linha política do V Congresso e pretende-se ocultar a falta de condições ideológicas da direção para conduzir a revolução e o Partido.

Na verdade o que existe em nosso Partido, principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, é uma terrível influência da ideologia burguesa.

A tese 66 acha que foi extremado pedir-se o confisco de estoques de gêneros, a nacionalização de moinhos e frigoríficos. Mas, naquela situação, com que palavras de ordem seríamos capazes de mobilizar as massas? Pedindo calma e moderação diante da carestia?

A tese 66 também mostra que pedimos medidas contrárias à burguesia rural e aos camponeses pobres, exigindo que 75% dos créditos agro-pecuários fossem concedidos aos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares.

Ora, os estabelecimentos de área inferior a 100 hectares representavam cerca de 89% do total dos estabelecimentos e quase 60% da área das lavouras. Era mais do que justo pleitear 75% do crédito para a maioria dos estabelecimentos e para a maioria da área das lavouras.

As Teses querem descobrir esquerdismo onde não há, e isto tão somente porque pretendem justificar, a qualquer preço, erros cometidos por ilusão de classe.

A tese 67 diz que, por causa do aguçamento da luta política, da repressão policial e das limitações legais, o perigo maior agora é o sectarismo e o esquerdismo.

Com esta concepção, em vez de ser estimulado o espírito combativo do Partido, o que as Teses procuram fazer é dar-lhe uma ducha de água fria.

E assim continuaremos cautelosos, acomodados, à espera das condições legais e do debilitamento da ditadura.

Fazendo auto-crítica por erros de esquerdismo, as Teses fogem ao combate à influência da burguesia e à luta contra as ilusões de classe.

VIII - Sobre a situação Internacional.

O capítulo das Teses dedicado à situação internacional limita-se apenas a constatação. Ali são assinalados fenômenos como o processo de aprofundamento da crise geral do capitalismo e a agressão ao Vietnã e São Domingos (tese 23). Chama-se a atenção para a agressividade crescente do im

perialismo (tese 24). Mostra-se que a situação internacional se desenvolve favoravelmente, que a política de coexistência pacífica e não intervenção conquista a consciência de amplas massas, que se intensifica a ação contra o imperialismo, a despeito das divergências com a China (tese 25). A tese 26 mostra que a tarefa primordial é defender a paz. A tese 27 indica o aumento da intervenção norte-americana na América Latina, o estímulo aos golpes de estado, a transformação das forças Armadas latino-americanas em ponto-de-apoio da repressão dos Estados Unidos aos povos. A tese 28 particulariza o propósito norte-americano de esmagar Cuba. A tese 29 ressalta o crescimento das lutas emancipadoras, a importância da Conferência de Solidariedade Tricontinental e que o imperialismo norte-americano é o inimigo principal dos povos da América Latina.

Fazer tais constatações não é, porém, o bastante. Nem é tudo. Exatamente o mais importante é o que não está focalizado neste capítulo. E esta é a questão de saber como enfrentar os problemas da situação internacional, como organizar a luta para impedir que os Estados Unidos prossigam a brutal guerra contra o Vietnã, dispendo de absoluta tranquilidade na retaguarda latino-americana, onde o Brasil constitui o principal ponto-de-apoio do imperialismo yanque. A conclusão que se impõe é que devemos lutar pela UNIDADE DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS LATINO-AMERICANAS NA AÇÃO CONTRA O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS, e na luta pela derrubada das ditaduras o soldo do governo norte-americano, como é o caso do Brasil.

A agressividade do imperialismo yanque pode leva-lo a ocupação de nosso país e ser necessário prever a luta armada contra o imperialismo qualquer que seja a conjuntura da situação internacional.

IX - Sugestões a apresentar

Em face da inviabilidade das Teses, cumpre fazer algumas sugestões, visando a contribuir para a elaboração de uma linha política mais consentânea com a realidade brasileira.

Dentre estas sugestões à mais alta instância partidária, surge a questão do trabalho entre os camponeses. Na prática, é o problema do aliado fundamental do proletariado.

A burguesia não pode continuar a ser considerada como até agora o aliado principal do proletariado.

Sempre que isto acontecer, a revolução marcará passo e o movimento de massas não mudará de qualidade, não se desenvolverá ao ponto de ameaçar o poder das classes dominantes e conquistá-lo.

Em 1960, no V Congresso, já havia sido anotada uma Resolução sobre a elaboração de um Programa Agrário, que não foi cumprida.

A subestimação do Programa Agrário revela que o C.C. continua apegado

à idéia de que a liderança da revolução brasileira cabe à burguesia.

Creemos que a resolução de adotar um Programa Agrário e a decisão de tornar o trabalho entre os camponeses uma tarefa de todo o Partido, nacionalmente, contribuiria de modo profundo para modificar o curso dos acontecimentos no Brasil.

Estamos em face de um problema vital — o problema do camponês na revolução brasileira — e dêle não se pode abrir mão.

Outra sugestão importante a oferecer é sobre a união das forças populares, como objetivo tático atual.

A atual ditadura não representa os interesses do povo brasileiro.

No plano externo, todos seus atos visam a colocar nosso país na órbita norte-americana. Aventura-se até a prometer ajuda à política colonialista de Portugal.

No plano interno, sua política econômico-financeira, ao mesmo tempo que propicia o controle de uma grande parte das empresas brasileiras — públicas e privadas — pelos grupos norte-americanos, assegura também a um reduzido número de grandes capitalistas a possibilidade de obtenção de enormes lucros.

Através da Constituição fascista, da Lei de Segurança, da Lei da Imprensa, e de outras medidas que institucionalizam a ditadura, procuram os ocupantes do poder impedir tôdas as formas de pronunciamentos populares. Não obstante tais medidas, que poderiam parecer suficientes para assegurar a tranquilidade dos grupos que nos dominam, outras hipóteses estão igualmente previstas. Medidas semelhantes não foram bastantes para impedir protestos populares em outros países e as previsões dos norte-americanos não excluem a possibilidade de que o mesmo venha ocorrer em nosso país, dado o crescente descontentamento popular. Ao imperialismo convém, por conseguinte, que seja criada uma força de reserva destinada a substituir os atuais agentes, quando faltarem as condições para sua permanência. Promovendo a substituição de dirigentes desgastados pelo uso do poder, por outros que se apresentem como mais liberais, novas ilusões poderiam ser criadas, com bases em concessões que não giram em torno das questões básicas. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Equador ou em São Domingos. Neste caso, a promessa de instalação de um governo que assegurasse algumas liberdades seria uma forma de desviar nossa atenção da luta pela independência nacional.

As forças populares terão, assim, que travar sua própria luta, sob uma bandeira que seja sua e que permita o estabelecimento da unidade de tôdas as tendências que lutam pela independência nacional. Através dessa unidade, terão condições de convocar e mobilizar as camadas sociais interessadas na incorporação de todo o povo na vida política, econômica e social da nação.

Embora existam dificuldades para a união das forças populares, elas não

podem ter o mesmo caráter das divergências que nos separam das correntes políticas ligadas ao imperialismo. Sem ignorarmos as disputas que existem dentro do atual regime, aproveitando-as na medida que possam servir à nossa luta, devemos manter uma posição de independência que permita levar o combate à ditadura às suas últimas consequências. Nosso objetivo não é o da obtenção apenas de algumas liberdades formais com a atenuação ou eliminação de uma ditadura, por pressões políticas ou armadas, que podem inclusive ser do interesse do imperialismo. Nosso objetivo é de maior alcance: substituir tal governo ditatorial por um governo que assegure a independência do país. E isto não será possível pela via pacífica, mas pela luta armada, com a unidade das forças populares.

Dentro do mesmo critério construtivo de procurar oferecer sugestões e subsídios para a elaboração da nova linha política — tarefa que compete à mais alta instância do Partido — destacamos algumas questões de ordem teórica.

Uma delas é assinalar a natureza da concentração capitalista e a tendência objetiva para a associação, que — na prática — corresponde à fusão do capital bancário, industrial e agrário, nas condições, por exemplo, de um país como o Brasil, dominado pelo capital monopolista estrangeiro.

Caberia esclarecer, ao final dos debates, em face da moderna evolução do capital e do agravamento da crise geral do capitalismo, se já não está ultrapassado o ciclo liberal das revoluções burguesas, de caráter progressista.

Nesse caso, cumpre examinar se a burguesia no poder — ou em via de conquistá-lo — pode exercer qualquer liderança na revolução, de vez que prefere a aliança com o imperialismo. E até mesmo se a burguesia aceita sequer a participação do proletariado na luta democrática, ou se a tendência da burguesia não é para cercear a chamada democracia representativa e assim afastar a possibilidade de expansão do movimento de massas liderado pelo proletariado.

Nas sugestões à etapa final dos debates, julgamos necessário que sejam declinadas as medidas propostas pelos comunistas, visando à nacionalização das empresas imperialistas existentes no país. Este é um ponto de capital importância, e dará clareza na luta anti-imperialista e que facilitará atrair aliados para o movimento de libertação do nosso povo.

É da máxima importância, também que — na mais alta instância do Partido seja definido o caminho da revolução brasileira, se pela via pacífica ou pela via armada; e que se esclareça a questão da luta pela hegemonia no processo revolucionário, bem como as características que deve ter o Partido para fazer face às tarefas impostas pela realidade histórica do país. Isto exige a adoção de Estatutos condizentes com a estrutura e a atividade de um Partido revolucionário que aspira ao poder, e coloca na ordem do dia

~~Resolução Política da Conferência Estadual de São Paulo~~
a unidade do Partido em torno dos princípios marxistas-leninistas.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO

- 1-) A Conferência Estadual de São Paulo, por sua maioria, resolve rejeitar as Teses do Comitê Central.
- 2-) A Conferência Estadual resolve aprovar, como contribuição ao VI Congresso do nosso Partido, o trabalho apresentado pelo camarada Menezes e aprovado pela maioria do C.E. extinto, que contém as sugestões que julga necessárias à elaboração da nova linha política, ressaltando:
 - a) a necessidade de reforçar a política de aliança com o campesinato, ao invés da política de aliança com a chamada burguesia nacional;
 - b) que a atual política do imperialismo impossibilita uma saída nacional democrática;
 - c) que as forças básicas da revolução são o proletariado urbano e rural e o campesinato, sendo a pequena burguesia a principal aliada das mesmas;
 - d) que o caminho geral da revolução é uma luta longa, árdua, através de um contínuo preparo das massas e, inevitavelmente armada.
- 3-) A Conferência Estadual resolve aprovar o informe de balanço do antigo C.E., e determina que seja baixado às organizações do Partido de São Paulo, para conhecimento e debate.
- 4-) A Conferência considera que o pleno exercício da democracia interna não tem sido assegurado em diversos escalões do Partido. Por isso, propõe, a bem da unidade do Partido e do centralismo democrático, que seja incluída na ordem do dia do VI Congresso a discussão dos Estatutos e consequentemente da estrutura do Partido, afim de eliminar os dispositivos que possibilitam o estrangulamento deste exercício democrático, para que se assegure realmente a participação e a influência das bases na elaboração da linha política, para dar mais mobilidade e rapidez às direções, de cima para baixo, e evitar a cristalização dos quadros dirigentes do Partido.
- 5-) A Conferência Estadual reafirma a decisão de lutar pela unidade do Partido em torno dos princípios do marxismo-leninismo e do centralismo democrático.

Abril 1967.

O DEBATE EM TÔRNO DO DOCUMENTO "UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA"

Publicamos no presente número dois textos da TENDÊNCIA LENINISTA-ALN DO CHILE. Constituem respostas às críticas de A.Silva e de Fernando de Andrade, publicadas em DEBATE 7. Por razões técnicas, deixamos de publicar neste número a resposta que o esmo Coletivo do Chile da TL-ALN faz às críticas de Paulo Lemos. Esta resposta, bem como os comentários de P.Lemos (lembramos que não encaramos necessariamente a resposta a uma crítica como "réplica" nem a resposta a esta "réplica" como tréplica, etc., já que a polêmica e o debate entre marxistas só têm sentido na medida em que visam a aprofundar o conhecimento da realidade e a elaborar os princípios da ação), serão publicados no próximo número 9. Iniciamos neste presente número a publicação de nova contribuição crítica, Auto-Crítica que não foi feita, de Diogo Tavares.

Salientamos mais uma vez que nosso boletim continua aberto a tôdas as contribuições críticas, por mais divergentes que sejam daquelas que defendemos em nossos editoriais ou nos artigos assinados por companheiros que integram nossos coletivos. Fazê-mo-lo, porque levamos a sério a discussão, porque achamos que nosso movimento revolucionário não poderá se renovar e superar a presente situação de derrota sem um longo exame da natureza dos seus erros antigos e recentes. Fazê-mo-lo também porque sabemos que nas circunstâncias atuais participar de uma discussão política é tomar uma posição política, é trilhar o caminho da metodologia revolucionária do marxismo...

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN AS CRÍTICAS DE A. SILVA

A primeira crítica de A. Silva é a seguinte: "os críticos da imobilidade do PCB, portadores das palavras de ordem imediatistas cubanas são responsáveis pela "febre de ação" que se desencadeou entre êstes avançados do movimento estudantil. Dizer que o desvio se deve a êstes últimos é falta de sinceridade revolucionária. Este desvio já existia na organização que os atraiu e os recrutou!"

A.Silva ao fazer um julgamento de moral, acusando-nos de "falta de sinceridade revolucionária", não levou em conta ou ignora o seguinte:

a) os elementos mais avançados do movimento estudantil antes do "a luxo" para o grupo Marighella formavam um grupo político bastante ativo. Diversamente do que supõe A.Silva êsses elementos oriundos da pequena burguesia radical não foram "atraídos" pela imagem "o pequeno livro do sr. Debray numa mão e uma metralhadora na outra", mas sim eram êles os principais porta-vozes desta política e criticavam o grupo Marighella por não pô-la em prática, por manter-se

fiel à linha aprovada pela Conferência de abril 1967.

b)- Parece-nos que A.Silva não percebeu a profundidade do trecho que diz: "essa falsa concepção de revolução e ainda a adesão incondicional ao esquema artificial da OLAS deu como consequência uma prática revolucionária...". Foi após esta adesão que se iniciou o desenvolvimento de uma estrutura orgânica com base nos GTAs, com a posterior adoção do conceito de "liberdade tática". Foi nestas condições que os "elementos mais avançados do movimento estudantil" afluíram à organização. Elementos que de modo nenhum foram "vítimas" do grupo Marighella como dá a entender A.Silva.

Em sua segunda crítica, A.Silva nos acusa de "oportunismo" ao não apontarmos os erros de Marighella e Câmara Ferreira, para com esta atitude aglutinar maior número de companheiros em torno da Auto-Crítica.

Novamente nos parece que A.Silva não leu atentamente o documento que afirma em seu início: "... por falta de clareza, conciliamos em diversas oportunidades na luta interna". Com isso, queremos dizer que a responsabilidade também foi nossa, isto é, de vários companheiros que formam hoje na Tendência Leninista dentro da ALN.

Não seria justo fazer recair a responsabilidade dos erros somente sobre nossos dirigentes máximos. Além do mais, nossa responsabilidade política de militantes nos impõe que a divulgação de uma série de problemas seja restrita, interna à organização. Uma auto-crítica pública tem seus limites. Não podemos cair no infantilismo de fazer uma auto-crítica pública como se a revolução tivesse sido ganha, dando uma série de informações que o inimigo possa utilizar de um modo facilmente imaginável pelo companheiro A.Silva.

Por outro lado, não faltam os que, como a Nova Revista Internacional, publicam artigos com uma crítica direitista a Marighella, identificando-o a um aventureiro qualquer. Para nós Marighella, Câmara Ferreira e tantos outros combatentes, ainda que tenham cometido erros políticos, contribuíram decisivamente para a criação das premissas históricas da libertação do nosso povo. Nestas condições não podemos nos dar ao irresponsável luxo de sermos identificados na crítica com aqueles que não têm o mínimo respeito para com os nossos mártires.

Com relação a nossa crítica ao "esquema artificial da OLAS" ela nada tem a ver com o nosso apoio firme, decidido e sem vacilações à Revolução Cubana. Lutamos por um aprofundamento de relações com o PCC, tendo por base, como acentuamos no documento, "...o princípio do internacionalismo proletário, de colaboração e ajuda mútua entre organizações irmãs sem interferência nos assuntos internos de cada uma". Essa é uma posição de princípio da qual jamais nos

afastaremos.

Finalmente, A.Silva afirma que : "estamos dispostos a participar dêste debate desde que comecemos por homogeneizar as nossas compreensões do leninismo".

Nosso acôrdo com o companheiro é integral desde que se recorde o exemplo do próprio Lênin que nunca desvinculou o debate e a luta interna de uma responsabilidade orgânica e militante atuantes. É sômente dentro desta perspectiva que poderemos aprofundar o debate em tôrno do nosso documento.

TL-ALN DO CHILE

A REORGANIZAÇÃO DOS LENINISTAS BRASILEIROS

(sôbre a resposta da TL-ALN do Chile)

A.Silva

É nítida a importância de discutirmos quais são os métodos de ação necessários no momento para a reorganização dos revolucionários dentro dos princípios do leninismo. Isto nos permitirá, ao mesmo tempo, ver como os companheiros da TL-ALN-Chile (TAC) se afastam deles.

1)- A luta pela unidade dos leninistas brasileiros se trava num processo de crítica e auto-crítica.

Uma auto-crítica traz simultâneamente traços de uma nova concepção. A única maneira de identificarmos se as velhas concepções foram realmente criticadas está nas novas que são propostas. No entanto, ao contrário do que pensam muitos, não é só nas propostas de programas, estratégias e táticas que a nova concepção se manifesta. Ela se evidencia em cada ação de seus propositores, seja nos métodos que empregam para organizar tendências, no relacionamento com os militantes, nas respostas que dão às críticas.

O movimento comunista depende da eficácia do debate. E com muito mais razão quanto dêste debate depende a união dos revolucionários, oriundos de uma enorme gama de organizações pequeno-burguesas, que pretendem lutar pela hegemonia do leninismo para poderem lutar pela hegemonia do proletariado.

A atual atomização dos grupos revolucionários pode mostrar a falta de uma justa teoria revolucionária. A prática de massas e a experiência de luta armada dos últimos anos permitem hoje a um grande número de militantes lutar pela reorganização a partir de uma crítica profunda dêsse período. Isso, independentemente das responsabilidades que ainda conservem ou não em suas organizações de origem. Esse processo se iniciou em 69, encontrou condições de desenvolvimento nas prisões e no exílio, e se realiza dentro do Brasil apesar das dificuldades, por aquêles que se dedicam hoje ao trabalho entre as massas.

Mas os companheiros da TAC exigem "responsabilidade orgânica" para que participemos do aprofundamento do debate em tôrno de seu documento. Além de manifestarem seu subjetivismo por não saberem se temos ou não responsabilidades

orgânicas, caem no mecanicismo quando tentam usar o exemplo de Lênin para justificar seu ataque. A responsabilidade orgânica de Lênin, mesmo no exílio, sempre significou sua ligação com o trabalho efetivo entre as massas. Esse é o critério do orgânico para os leninistas. Critério que continua válido para aqueles que se recusam a substituir a luta ideológica organizada em uma imprensa, pelos sentimentos que podem unir "associações de veteranos de guerra".

No exílio, muitos quadros e militantes de organizações, algumas hoje inexpressivas, percebem a necessidade de um debate amplo e metódico como única maneira de unir realmente. Consideram essencial a atividade criativa de todos os companheiros. Esses mesmos quadros se negam a restringir esse processo, como fazem os companheiros da TAC. Negam-se a aceitar a coação ideológica como método válido no processo de reagrupamento. Isso não os impede de ver positivamente as iniciativas de grupos "dentro" de organizações, que iniciam esse processo de luta ideológica, de dar apoio prático para que a discussão possa se realizar, de levantar pontos que ajudem à discussão interna a essas tendências organizadas. Mas esses companheiros não poderão, ao ver da TAC, participar do debate em torno do documento de José dos Santos.

2)- Reconhecer abertamente os nossos erros, descobrir suas causas, analisar a situação que os fez nascer, examinar atentamente os meios de corrigi-los, eis o que se chama, para os revolucionários marxistas, auto-crítica.

Creemos que uma grande parte de nossos companheiros reconhece hoje seus erros e já descobriu-lhes as causas. Mas não analisou suficientemente a situação que os fez nascer. Prova disso são as diversas reações com respeito à discussão dos erros de nossos heróis. O respeito à memória destes combatentes, assim como a admiração por seus exemplos, não deve nos impedir de examinar criticamente seus erros ao mesmo tempo que os nossos. Aliás, não fomos só nós, pequeno-burgueses, que nos deixamos influenciar pelo debraysmo.

Os companheiros da TAC parecem estar convencidos de que o grupo Marighella, fiel à Conferência de 67, foi "vítima" do grupo pequeno-burguês radical que conseguiu se infiltrar na organização. Por mais ingênua que seja essa visão, ao se preocuparem muito em descobrir quem foi em definitivo "vítima", esquecem-se de colocar a principal questão : o que faz um partido permitir o ingresso de pequeno-burgueses radicalizados? Exemplo : o tal "grupo político bastante ativo" a que se refere a resposta da TAC.

Situações em que setores da massa se radicalizam no imediatismo, ressurgirão no processo revolucionário. Perguntamos : o que poderá armar o partido para orientá-los numa análise científica da prática revolucionária, ao invés de recrutá-los? Essa é a discussão central. A nosso ver é a ideologia dêsse par-

tido, em todos os seus níveis, que pode oferecer garantia contra os desvios pequeno-burgueses. Não basta termos rompido com o imobilismo da "neo-social-democracia" para que automaticamente tenhamos rompido com a revisão que ela fez do leninismo. Em outras palavras : (a) o centralismo democrático, para Lênin, não era somente a afirmação da necessidade de uma disciplina na ação, era também a garantia que essa disciplina não traria problemas graves pois a decisão resultaria de uma discussão tão ampla e tão longa quanto fôsse necessário. Para os partidos revisionistas, êle se tornou um mecanismo que permite à direção delimitar antecipadamente o terreno e os limites do debate. (b) a auto-crítica para Lênin era a vontade de discutir diante das massas e com elas os erros cometidos pelo partido e por sua direção, de elaborar com elas as medidas de correção necessárias. Para os partidos revisionistas, ela se transformou num rito reservado às bases ou aos quadros destronados. As auto-críticas da direção são secretas. Torná-las públicas seria dar armas à burguesia, desorientar as massas.

Poderíamos multiplicar os exemplos. A operação é sempre a mesma : guarda-se a forma, rejeita-se o conteúdo. Mas êsses dois exemplos são de atualidade mesmo na prática de alguns quadros revolucionários com experiência de luta, representatividade e capacidade de direção.

Vamos nos reorganizar, mas vigilantes para que essas tendências não se manifestem novamente. Essa vigilância nos levou à crítica que foi publicada em DEBATE 7.

A análise da situação que fez nascer o militarismo não está feita. Existem muitas contribuições de militantes e tendências, que inclusive já as redigiram. Mas estamos longe de tê-la terminado. E mesmo o que já foi feito não está amplamente divulgado. Êsse é um dos pontos mais urgentes das tarefas de reorganização. Para isso devemos unir a imprensa e intensificar o debate.

3)- Examinar atentamente os meios de corrigir os erros.

Se nos batemos tanto por métodos de encaminhamento da discussão, é porque constatamos na prática que qualquer erro nesse nível pode impedir o desenvolvimento político de nossa reorganização. A existência de vários órgãos de discussão constitui importante premissa para o cumprimento dêste objetivo. Não temos pressa em terminar a discussão, mas muita pressa em reunir nossos esforços dentro de princípios que permitam a nossa convergência.

A discussão de documentos das lutas internas, elaborados no momento em que rompíamos com PCB, PCdoB e POLOP, comparados à experiência da luta armada e às novas contribuições, vai fortalecer nossa união e contribuir para que ela se dê com nova qualidade.

O documento Um balanço ideológico da revolução brasileira : primeiro passo para a construção da vanguarda, de abril 1970, elaborado por revolucionários oriundos da VPR e da Ala Vermelha, e mais esse documento de José dos Santos pela Tendência Leninista da ALN evidenciam de modo gritante que devemos discutir o que é o leninismo.

RESPOSTA DO COLETIVO DA TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN DO CHILE A FERNANDO DE ANDRA-
DE

A primeira crítica de Fernando de Andrade refere-se à manutenção, em nosso documento de fórmulas como "país neo-colonizado", "estrutura agrária arcaica", etc. que indicariam "uma concepção mecanicista do desenvolvimento histórico do capitalismo em nosso país".

Estamos de acôrdo que a fórmula "país neo-colonizado" é incorreta, entrando em contradição com o conteúdo das análises feitas no documento, que não permitem a identificação da nossa sociedade às ex-colônias, hoje formalmente "independentes".

Nosso documento não analisa as contradições dos blocos das classes dominantes que estão no poder. Nesse sentido os editoriais de Debate num. 5,6 e 7, desenvolvem a tese de que a "integração do Brasil no sistema imperialista mundial tem um duplo conteúdo, de associação e de subordinação. A questão de saber qual destes dois elementos é o determinante, é uma questão prática, que depende da correlação de forças no seio das classes dominantes". Concordamos com esta tese na medida em que ela expressa uma contradição entre os blocos das classes dominantes que estão no poder - uma contradição em nosso entender secundária, mas não "a principal (grifo nosso) contradição no seio das classes dominantes". (Debate-6,p.10).

Neste particular, a Tendência Leninista deverá elaborar e encaminhar próximamente ao Debate seu ponto de vista crítico sôbre os editoriais números 5,6 e 7. Cremos, no entanto, com excessão da importante ressalva que apresentamos acima, que a tese do Coletivo Debate resolve em conteúdo o duplo caráter da dependência, permitindo, desde que êste caráter não seja esquecido, o uso de fórmulas como "país capitalista dependente", "sub-imperialista", etc.

Em relação à fórmula "estrutura agrária arcaica" também estamos de acôrdo que tal fórmula é inadequada para caracterizar a atual estrutura agrária brasileira e dar conta do processo histórico de penetração do capital no campo. Não é neste sentido global, aliás, que a expressão é utilizada, como pretende fazer entender a crítica de F.A. Por outro lado, sua utilização não foi em moldes tais que nos teriam impossibilitado a compreensão correta da natureza da refor-

ma agrária prussiana. O que nos faltou foi a análise prévia do próprio processo de penetração do capital no campo, já que nos limitamos apenas ao estudo de suas consequências. Dessa maneira, preocupamo-nos principalmente com a apresentação de duas questões:

1)- As consequências da reforma agrária prussiana "... em que a penetração capitalista no campo, à base de uma tecnologia moderna, leva a um regime de assalariado, ou de desemprego, a um contingente significativo das massas camponesas, empobrecendo-as ainda mais",

2)- a persistência ainda de uma estrutura agrária arcaica (o complexo latifúndio-minifúndio é ainda o predominante ao nível da posse da terra, sendo que a área média de extensão do minifúndio tende a diminuir enquanto que o minifúndio como forma de propriedade rural tem aumentado constantemente, etc.) que "... impossibilitando uma significativa ampliação do mercado interno, impõe a necessidade de uma agressiva política de exportações que por sua vez determina uma política expansionista para o país". Não se pode pois, "forçando a mão", como faz F.A., imputar ao documento a consideração de que a agricultura em seu todo é arcaica, nos mesmos moldes e com as mesmas implicações políticas de análises reformistas que usam "arcaico" como sinônimo de feudal ou semi-feudal. Muito ao contrário, nossa preocupação é demonstrar que a opção tomada pela ditadura (reforma agrária prussiana em lugar de reforma agrária democrática) dentro do processo de penetração do capital no campo tem uma dupla face:

a) aguçada pelo aumento da composição orgânica do capital no campo, as contradições entre os exploradores e os explorados, já que a taxa de desemprego ou sub-emprego sobe vertiginosamente na área rural e que os outros setores da economia brasileira não oferecem condições de absorção desta mão de obra liberada pelo uso intensivo do capital na agricultura,

b) como a penetração capitalista se dá primordialmente pela transformação do latifúndio tradicional em moderna empresa capitalista rural e "pela lenta incorporação à economia de mercado das diferentes formas de economia natural" (F.A.-Debate 6, p.36), sabemos que ainda persiste na agropecuária brasileira a dominação formal do trabalho pelo capital, assim como relações de produção ainda não capitalistas e a dominação extra-econômica de amplas camadas de camponeses e trabalhadores rurais.

Por outro lado, a ausência de uma análise histórica geral sobre a transformação monopolista de estado da economia nacional -ponto em que falhamos- não pode, entretanto, levar F.A. à conclusão de que reduzimos a natureza da reforma agrária prussiana ao esquema geral da associação dos monopólios estrangeiros. Nosso documento ao falar na associação da burguesia rural aos monopólios estrangeiros é parcial por tentar explicar a questão a partir do fe-

nômeno secundário que é o fato "da maioria da burguesia monopolista brasileira ter em suas mãos grandes propriedades rurais". Esta afirmação, temos de convir, não pode dar conta da complexidade do processo de associação da burguesia aos monopólios estrangeiros na agropecuária.

No setor agrário, especificamente, a questão da associação é distinta em três níveis de atividades: a) no processo de produção, b) no processo de industrialização ou refinamento de produtos agropecuários, c) no processo de comercialização desses produtos. Acreditamos que ao primeiro processo correpondam, preponderantemente, capitais privados nacionais (autônomos), ao segundo e ao terceiro capitais estrangeiros e privados nacionais. A associação vai variar qualitativa e quantitativamente em cada um destes processos. É o estudo aprofundado sobre cada um deles que possibilitará a apreensão correta das formas específicas da associação.

Quanto às "análises claudicantes" apontadas por F.A. temos :

- a) a questão da natureza de classe da ditadura militar,
- b) a questão da estratégia nacional-libertadora.

a)- Em relação a este tópico estamos de acôrdo com o coletivo Debate de que a ditadura militar dispõe de uma base própria de dominação de classe, na medida em que corresponde às necessidades da transformação monopolista de estado da economia nacional. Concordamos também, como já dissemos, que nos faltou fazer a distinção entre burguesia associada e burguesia integrada já que politicamente esta distinção implica em conhecer as contradições no seio das classes dominantes - conhecimento esse que é importante para a política de alianças. No seio das classes dominantes a contradição principal se dá entre a burguesia monopolista (associada ou integrada) e a burguesia que não exerce atividades monopolísticas. É esta a contradição que importa para a estratégia do proletariado; é a burguesia não monopolista (que não exerce monopólio nem está vinculada aos monopólios estrangeiros) quem pode ser neutralizada ou mesmo parcialmente ganha para posições anti-imperialistas e anti-ditadura.

Esta não é a opinião do coletivo Debate que, coerente com sua análise sobre a contradição no seio das classes dominantes, é levado a concluir que o inimigo principal é o bloco do Brasil satélite-yankee e que o outro bloco (nacional-burguês) possa ser neutralizado.

b)- O conteúdo do documento revela que de maneira alguma -ao definirmos o programa, apresentarmos as ressalvas, etc.- confundimos o Brasil de hoje com a Argélia de 62, com o Vietnã, etc. Não se pode, pois, tomar a expressão nacional-libertadora formalmente, mas com o conteúdo que o documento lhe dá - que é o mesmo que o coletivo Debate dá ao falar em luta pela democracia e pela libertação nacional como "principais momentos táticos da luta pelo socialismo".

Desta maneira, podemos concluir que F.A. não está contra a fórmula "libertação nacional e democracia" mas sim contra o fato de falarmos dela como estratégia e não como "momentos táticos principais". Não se trata somente de um problema terminológico pois o próprio F.A. nos aconselha a deixar a estratégia de libertação nacional "para os militaristas". A questão fundamental reside portanto, segundo F.A., no conceito que antecede à expressão "libertação nacional e democracia"; se fôr momentos táticos principais a expressão estará correta, mas se fôr estratégia já passa a ser boa para o uso dos militaristas. Ora, temos então de esclarecer o que entendemos por estratégia e pediríamos que F.A. fizesse o mesmo com relação a seus "momentos táticos principais".

Para nós a estratégia consiste em estabelecer a direção do golpe principal do proletariado, fixar o plano de disposição das forças revolucionárias e levá-lo adiante ao longo de uma determinada etapa da revolução. A estratégia é pois o programa atuante. E a análise que fazemos da atual etapa da luta de classes no Brasil, com seu programa correspondente, é que a luta será anti-ditadura e anti-imperialista, sob hegemonia do proletariado.

Alguns trechos de nosso documento devem ser lembrados:

"... em nossa opinião, nas condições brasileiras, somente a classe operária tem capacidade de dirigir e levar até o fim a luta pela derrubada da ditadura afim de estabelecer um regime político que realize as tarefas de um programa nacional libertador e democrático".

"... o regime que pretendemos estabelecer é uma democracia avançada, que seja uma ditadura de tôdas as classes e camadas sociais que participam do processo nacional-libertador e democrático com os seguintes objetivos: 1- derrubar a ditadura e destruir seu aparato militar, 2- eliminar a dominação do imperialismo norte-americano e 3- eliminar como classe a burguesia associada e os latifundiários".

Assim, falar em estratégia socialista para a presente etapa de lutas porque este é o próximo objetivo, é tão válido quanto falar em estratégia comunista, que é o objetivo final. Porisso preferimos utilizar a fórmula "estratégia de libertação nacional e democrática", que deve estar unida à compreensão de que:

"... a formulação de um regime de democracia avançada deve ser compreendida como parte de um mesmo processo de revolução permanente em direção ao socialismo. É claro que isso depende de existir uma vanguarda proletária que detenha a hegemonia de todo o processo através de uma intensa luta ideológica, com a mais ampla participação das massas, contra tôdas as tendências que buscam estagnar a revolução ou burocratizá-la".

ALGUNS EQUIVOCOS DA LIBERTAÇÃO NACIONAL

Fernando de Andrade.

(comentários à resposta dos companheiros da TL-ALN no Chile)

Contrariamente ao que querem dar a entender os companheiros, insistindo numa falsa alternativa, não consideramos que a recusa da "estratégia de libertação nacional" nos ponha automaticamente no campo dos que preconizam a "estratégia socialista". Ahamos que há dois campos nesta questão: o campo dos que utilizam uma forma vulgar e mecanicista de materialismo e o campo dos que utilizam o materialismo dialético. Todos nós nos esforçamos por permanecer neste segundo campo. A prática mostrará até que ponto cada um de nós conseguiu-lo-á. Os companheiros salientam que nossa divergência não está no conteúdo das fórmulas "democracia e libertação nacional" mas no considerá-las definição da estratégia ou apenas "momentos táticos principais". Antes de mais nada, um esclarecimento. Efetivamente, o editorial de Debate 5, com o qual concordei integralmente, usa as expressões a que se referem os companheiros da TL-ALN em sua resposta. Devo dizer que não concordo mais integralmente com a fórmula, que acho que teria sido mais correto escrever: "democracia e anti-imperialismo". Com efeito, companheiros, muito de nossas divergências repousa numa indistinção entre as noções de "libertação nacional" e de "luta anti-imperialista". Esta questão merece ser examinada com cuidado.

O historiador Nelson Werneck Sodré, num livro aliás bastante útil, História Militar do Brasil, proclama (é aliás a última frase do livro) que "só é nacional o que é popular". Poderia -ê ele ou algum outro- acrescentar que só é popular o que é proletário e que só é proletário quem pensa como êle. Poderia inclusive ir mais longe, já que sofisma não paga imposto... Em outras palavras: se definirmos "nacional" como bem entendermos, poderemos fazer caber tudo dentro desta noção. Ora, para nós, luta de libertação nacional e luta anti-imperialista não se confundem em absoluto. (Embora, como acabamos de admitir, tenhamos cometido esta confusão na passagem acima assinalada). O movimento contra a guerra nos Estados Unidos é uma luta anti-imperialista. Salta aos olhos que não é uma luta de libertação nacional. Ao contrário, toda luta de libertação nacional é, em nossa época, anti-imperialista. Esta última portanto é uma noção -e um fenômeno- mais vastos que a primeira. A luta anti-imperialista coincide com a luta de libertação nacional quando e somente quando uma nação, oprimida enquanto nação, luta por sua liberdade contra o imperialismo. A nação brasileira é oprimida enquanto nação? O caráter principal da ditadura que oprime nosso povo é o de ser agente de interesses estrangeiros? Podemos dizer, por exemplo, que as relações do Brasil com os centros hegemônicos do imperialismo são substancialmente diferentes das relações que com êstes centros têm países como a Espanha? Em caso de resposta negativa, podemos chamar a luta do povo espanhol contra o franquismo uma luta de

libertação nacional? Estas questões não são escolásticas ou acadêmicas. Tentam determinar qual o conteúdo efetivo que se esconde por trás das fórmulas consagradas -que justamente por estarem consagradas são repetidas sem pensar.

Nossa questão é pois a seguinte: a luta anti-imperialista no Brasil é principalmente uma luta de libertação da nação brasileira? Por trás desta questão está a de saber em quê o capital investido por um grupo monopolista estrangeiro se distingue, no seu processo de reprodução ampliada, de um capital investido por um capitalista brasileiro. A resposta mais geral é a seguinte: a reprodução capitalista não é suficientemente ampliada no caso do investidor estrangeiro, já que êste traz de volta para a metrópole uma parcela considerável dos lucros obtidos. Descapitalização relativa da economia nacional, eis o fenômeno principal de nossa dependência em relação aos países capitalistas metropolitanos. Claro que ao lado dêste fenômeno há inúmeros outros, como a "fuga de cérebros", os royalties pagos às patentes industriais estrangeiras, a estrutura de nosso comércio exterior, a influência dos grandes bancos estrangeiros em nosso sistema financeiro, etc. Podemos considerá-los como efeitos específicos da dominação imperialista em nossa sociedade, enquanto distintos dos efeitos específicos da dominação capitalista (êstes últimos sendo os que se manifestam em todos os países capitalistas). Ora, a luta contra a descapitalização relativa de nossa economia é uma luta essencialmente anti-imperialista, mas não uma luta de libertação nacional. Mais que isso: é uma luta ambígua quanto a seu conteúdo de classe, e tanto pode ser feita sobre hegemonia burguesa e/ou pequeno-burguesa (neste caso teremos soluções de tipo peruano, ou nasserista) ou sob hegemonia proletária. Insistir demais no aspecto "nacional" desta luta não ajuda a esclarecer-lhe a intrínseca ambiguidade...

Porisso mesmo a luta anti-imperialista é apenas um momento tático de um programa marxista-revolucionário para o Brasil. Cabe aqui uma alusão a uma das críticas -ou perguntas- que me fazem os comp. da TL-ALN no Chile. Quê entendo eu por "momentos táticos principais"? Realmente a expressão sôa meio gozado, e não faço questão dela. Mas seu sentido era justamente de que ela indica objetivos que por si só não correspondem ao programa completo que os revolucionários marxistas devem defender no Brasil contemporâneo. A derrubada do regime instaurado pelo golpe de 64, a "confiscação de todos os grupos monopolistas do imperialismo norte-americano" (programa unitário da ACN, artigo 2), não constituem, nem de longe, critérios para se definir, de um ponto de vista marxista e proletário, uma "etapa" ou "estratégia" de libertação nacional. O fato de que o estado capitalista tenha assumido no Brasil a forma de uma autocracia militar-burguesa, não representa uma "lei" objetiva do desenvolvimento histórico do capitalismo em nosso país. A impor-

tância econômica dos "grupos monopolistas do imperialismo norte-americano" se distingue apenas quantitativamente da importância dos grupos japoneses, alemães, franceses, suíços, ingleses, etc. Portanto a simples derrubada do regime de 64 é a simples confiscação dos grupos norte-americanos não chega a configurar os objetivos do "programa atuante" do proletariado... Qualquer coronel Kadhafi faz até mais que isso. Ora, o fato de que nossos "Kadhafis" e outros nasseristas tenham sido eliminados das forças armadas mostra bem que a "libertação nacional" não é o conteúdo principal do programa unitário que o proletariado revolucionário do Brasil deve propor ao conjunto das forças sociais que se opõem à ditadura em nosso país.

Os companheiros em sua resposta salientam a divergência entre sua posição e a de DEBATE no referente à caracterização da principal contradição no seio das classes dominantes. Segundo eles, tal contradição é a que opõe a burguesia monopolista à burguesia não-monopolista. Segundo DEBATE (cf. editoriais dos n.ºs 5, 6 e 7) a que opõe os partidários da associação aos partidários da subordinação aos centros hegemônicos do imperialismo. Um filósofo medieval dizia que mais vale um bom desacôrdo que um mau acôrdo. Ocorre porém que no caso presente o que há é um mau desacôrdo, do qual DEBATE tem sua parcela de responsabilidade, no meu entender. Isto porque na base da discussão está uma diferente concepção da noção mesma de "contradição principal". Pessoalmente considero um tanto simplista a maneira como os camaradas chineses empregam este conceito. Ora, este simplismo é oriundo de definições do gênero "a estratégia consiste em estabelecer a direção do golpe principal do proletariado", que não é de Marx nem de Lênin, mas do marechal Stalin, que pode ser criticado por muitas razões, mas não por excesso de sutileza. Com efeito, o que pode significar de preciso tal fórmula no nosso caso? Se o golpe principal - digamos o direto de esquerda, para mantermo-nos no espírito pugilístico da citada fórmula - deve ser dirigido contra os que se opõem à libertação de nossa nação, então de duas uma: ou se admite francamente a tese "colonial" de que a ditadura não tem uma base própria (burguesa) de dominação de classe, e neste caso, ao se lutar contra a ditadura luta-se diretamente contra o imperialismo, já que aquela é mero prolongamen o dêste, ou então se adota a tese materialista e dialética de que a ditadura é uma forma histórica concreta do estado capitalista brasileiro e que por conseguinte a luta por sua derrubada é o objetivo central do programa unitário e a palavra de ordem principal de tôdas as lutas imediatas. Quem, como nós, adota esta segunda concepção, não pode falar em "estratégia nacional-libertadora", mas sim em programa unitário democrático e anti-imperialista. Recusamos igualmente a chamada "estratégia socialista", que sempre levou, na prática, a uma concepção economicista das lutas imediatas do proletariado. Mas esta é

outra questão, que fica para outra oportunidade. Voltemos à divergência sobre a principal contradição no seio das classes dominantes. Após haver salientado que para a TL-ALN "no seio das classes dominantes a contradição principal se dá entre a burguesia monopolista (associada ou integrada) e a burguesia que não exerce atividades monopolísticas", os companheiros, em sua resposta, acrescentam :

"esta não é a opinião do coletivo Debate que... é levado a concluir que o inimigo principal é o bloco do Brasil-satélite yankee e que o outro bloco (nacional-burguês) possa ser neutralizado".

Se os companheiros tivessem lido com um pouco mais de cuidado nossos editoriais, teriam notado a conclusão do editorial do núm. 6 (As contradições no seio das classes dominantes), que declara :

"A tática do proletariado diante das contradições internas da burguesia deve pois ser : dos nacionalistas burgueses exigimos democracia, dos grão-burgueses republicanos exigimos nacionalismo".

Nossa posição é pois bem menos simplista do que querem dar a entender os companheiros da TL-ALN. Não temos, de resto, nenhuma "ilusão de classe" no nacionalismo militarista de setores de nossa burguesia e de nossa classe média.

Já a tese dos companheiros, de que a principal contradição no seio das classes dominantes é a que opõe a camada monopolista às camadas não-monopolistas, implica em considerar que a burguesia não-monopolista tenha força para lutar contra os monopólios, e tenha tanta força que esta sua luta seja a principal luta no seio das classes dominantes. Em nosso entender, vai nesta crença uma boa dose de ilusão sobre as forças da burguesia não-monopolista. (Ao mesmo tempo que se subestima a capacidade do regime em neutralizá-las, senão ganhar algumas delas, sobretudo aquelas que se excitam com as "perspectivas" abertas pelo mercado de capitais e pela especulação imobiliária). Esta alegria não vai durar muito e os artifícios contábeis e manobras financeiras do sicofante e melífluo sr. Delfim Netto virarão contra o feiticeiro. Mas enquanto não ficar patente na prática que o "milagre econômico" -como qualquer outro milagre- é mero embuste, criminosa mistificação urdida em cima da miséria crescente das grandes massas da população, não se deve esperar muito das "camadas não-monopolistas". Se setores da burguesia estão hoje contra a ditadura, é muito mais porque sofrem também com o despotismo policial, com a arrogância do uniforme, com o terrorismo e o facismo no plano cultural e ideológico, com a atmosfera de medo ou resignação que reina sobretudo nos meios intelectuais e artísticos, sempre mais sensíveis na questão da liberdade de opinião, etc. Os setores da burguesia que podem a curto prazo ser neutralizados, são pois aqueles que se dispõem a lutar pelas liberdades democráticas, isto é, contra a ditadura. E não pela "libertação nacional".

AUTOCRITICA QUE NÃO FOI FEITA(I)

Diogo Tavares.

(sôbre um documento da Tendência
Leninista da ALN: Uma autocrítica
necessária)Introdução

O aparecimento de um documento de autocrítica da ALN é sinal de que as organizações do Brasil de tendências militaristas iniciam um processo de discussão interna importante, do qual não podemos ficar alheios.

O assassinato de Marighella, depois o de Câmara Ferreira -o "Toledo"- e recentemente a morte no interior da Bahia do líder do MR8 -Carlos Lamarca- não só provocou um enfraquecimento nos grupos militaristas como causou uma necessidade de reflexão nos seus pontos de vista políticos. Consideramos o documento desta fração da ALN um começo de uma revisão crítica que se estende a toda a faixa da esquerda militarista sôbre esta etapa da luta revolucionária que atravessou o Brasil. Esta discussão da "repentina mudança de ares" da conjuntura revolucionária no país por enquanto ainda não mostrou quais serão seus resultados a curto prazo.

O documento da fração leninista da ALN se propõe a revisar e a questionar toda a prática militarista na qual esteve envolvida a ALN desde a CONFERÊNCIA DE SÃO PAULO. ~~Ou seja: mostrar que os erros da ALN encontravam-se~~ no fato da organização ter se afastado dos princípios desta Conferência. Por outro lado, que o militarismo era uma forma de luta que ainda não estavam preparados para enfrentar, e dedicando também boa parte do documento às proposições programáticas, mostrando o "nôvo caminho" para um trabalho verdadeiramente revolucionário. Enfim propondo que uma verdadeira autocrítica do militarismo, para ser feita pela raiz tem que começar da CONFERÊNCIA DE SÃO PAULO. Voltar a êstes princípios é a forma de corrigir os erros da Organização.

Para compreender profundamente o significado dêste documento, somos forçados a voltar ao passado da história do nascimento da esquerda revolucionária no Brasil e analisar algumas implicações da problemática de seu desenvolvimento.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ESQUERDA REVOLUCIONARIA NO BRASIL

Já antes de 1961, quando a esquerda revolucionária se apresenta com um peso maior no cenário das lutas sociais, revolucionários não vinculados ao PCB desenvolviam uma luta teórica e ideológica contra as teses pacifistas e democráticas burguesas que tinham no PCB seu maior porta-voz.

A partir de 1934, época da ditadura de Vargas, 2 grupos ligados à IV Internacional publicavam jornais clandestinos. Um deles, que se chamava A luta de classes, saía mimeografado. De 1940 a 1944, foi criado A vanguarda So-

cialista, jornal semanal legal. Durante a guerra houve uma cisão na IV Internacional que resultou na fundação do grupo que lutava através deste jornal, a Vanguarda Socialista. A origem desta fração foi a discussão sobre a defesa ou não incondicional da Rússia durante a guerra. Nos EUA dois grupos surgiram. Um liderado por Schatman que era contra, outro liderado por Kenoth, que era a favor. Em 1958, um novo reagrupamento surge em torno da revista Movimento Socialista. Esta revista foi a base da fundação da Organização Marxista Revolucionária Política Operária (ORM-POLOP). Primeira organização a levantar uma alternativa ao reformismo e pacifismo do PCB e que teve um papel teórico decisivo na luta contra o reformismo a partir de 1961.

De 1961 a 1964, a POLOP através de um jornal nacional e uma revista teórica, Política Operária, se dirigiu principalmente às bases do PCB e às organizações de esquerda que estavam surgindo, levantando a palavra de ordem de formar uma frente de esquerda revolucionária, para quebrar o monopólio ideológico do PCB sobre a classe operária e daí então criar condições para apontar-lhe um caminho revolucionário. Além disso, a luta contra o pacifismo reinante foi o sentido da fundação e existência da POLOP.

Desde sua fundação a POLOP colocava que a revolução no Brasil só poderia ser uma revolução socialista. A burguesia já tinha percorrido seu caminho de integração ao capitalismo internacional e a tendência do desenrolar da economia brasileira mostrava que essa integração se dava de uma forma cada vez mais acelerada. Não poderíamos falar em "revolução nacional de libertação do imperialismo" pois a ele já estávamos ligados, nem num setor progressista da burguesia "antagônica ao imperialismo". A realidade concreta da sociedade brasileira não comportava mais esse tipo de análise, se é que algum dia foi possível fazer tal análise. Se a burguesia optara pelo caminho da associação ao imperialismo, não seríamos nós que iríamos falar em seu nome. A POLOP colocou desde o início que para libertar o país do imperialismo teríamos de libertar a classe operária das amarras do reformismo e consequentemente da exploração capitalista. O imperialismo e o capitalismo estavam dialéticamente ligados e a luta contra um aspecto implicava na luta contra o outro. E essa luta, evidentemente, não seria por um caminho pacífico. Tratava-se de penetrar na classe operária, formar uma vanguarda operária e criar um partido revolucionário que dirigisse a luta no âmbito nacional. Para isso ter-se-ia de antes travar uma luta acirrada contra o reformismo, primeiro no próprio seio da esquerda.

Fato é que o tempo foi curto. 1964 ainda pegou a esquerda revolucionária sem raízes no proletariado e quase nada era possível fazer para influir nos acontecimentos que precediam ao golpe de estado. Fomos derrotados sem ter condições de reagir e de contra-atacar no momento.

O golpe de estado de 1964 colocou por terra a prática populista do PCB

e demonstrou a caducidade de suas teses sobre a revolução no Brasil. Mostrou também que o golpe não fora "um raio num céu azul". O golpe tinha suas explicações materiais e se justificava a partir do movimento e do processo econômico de integração da burguesia brasileira ao imperialismo americano. A burguesia escolheu esse caminho e não quis mais arriscar no jogo de divisão da "mais-valia" quando viu um movimento de massas na rua, que fugia até mesmo do controle do PCB.

E o golpe se dirigiu, principalmente, contra quem? O fato de 1962-63 terem sido os anos em que os gráficos econômicos da "mais-valia" chegaram ao ponto mais baixo, levou a burguesia a renegar o caminho da democracia burguesa e entregar o comando do "aparélho de estado" a sua guarda armada: o Exército. Passamos a viver então sob uma ditadura militar que em suas primeiras medidas econômicas e políticas, foi decretar o "arrôcho salarial" e intervir diretamente nos sindicatos operários. Ou seja, colocar em prática a legislação sindical criada no governo de Vargas. Legislação essa que foi uma cópia da legislação fascista da Itália na época de Mussolini.

As esquerdas revolucionárias foram abatidas com o golpe, mas não destruídas. Embora o PCB explicasse o golpe como tendo sido causado pelo "radicalismo das esquerdas" e por uma intervenção direta do Imperialismo ("o Pentágono deu o golpe"), o que se notava era uma desmoralização do PCB e uma possibilidade de fortalecimento da esquerda revolucionária, mesmo em situação de clandestinidade.

A primeira reação política à ditadura militar não partiu da classe operária. Nem podia. Além de toda a repressão policial em cima de seus órgãos de representação e nas fábricas, o proletariado estava completamente desarmado para enfrentar essa nova situação, e dominado por uma sensação de perplexidade em relação ao que outrora diziam seus camaradas do partido em contraste com a violenta realidade que enfrentavam, depois do golpe militar. O grito de protesto partiu primeiro do movimento estudantil, que saiu às ruas para protestar contra a repressão policial e contra a ditadura. Isto ocorreu um ano depois do golpe e a partir daí vamos notar um fortalecimento progressivo das esquerdas revolucionárias dentro das universidades. Isto explica por um lado que o grande racha do PCB tenha se dado justamente nas suas bases estudantis. Quando a ditadura militar abriu um processo eleitoral para mascarar sua face verdadeira, o PCB ligou suas baterias para irradiar "uma nova esperança de redemocratização". Suas bases estudantis influenciadas direta e indiretamente pelo trabalho de propaganda da POPOP que mostrava o caráter de classe do Estado e da ditadura militar e a farsa que representavam as eleições, resolveram desrespeitar o centralismo do CC do PCB. Foram expulsos. Esse racha do partido ficou exclusivamente restrito às bases estudantis do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O que faltou neste período foi a existência de uma aglutinação da esquerda revolucionária em torno de princípios estratégicos que unificassem a prática destas organizações. Era o ponto de partida para um trabalho de peso junto à classe operária. Isto não houve na medida necessária para render os frutos suficientes para uma alteração qualitativa do proletariado e da própria esquerda. Com excessões de alguns lugares, a classe operária continuou sob o controle do PCB.

O DEBRAYISMO NO BRASIL

Porque as teses de Debray penetraram tão rapidamente nas organizações de esquerda do Brasil, e principalmente a Revolução na revolução?

Se situarmos quando apareceram as teses de Debray no quadro do desenvolvimento das discussões e prática da esquerda revolucionária brasileira, notamos que justamente nesta época a luta teórica se concentrava na questão de estratégia e tática e do caráter da revolução no Brasil. Toda a esquerda desenvolvia uma luta interna procurando um caminho para a revolução. Debray surge exatamente no momento em que a esquerda precisava de uma justificativa "teórica" para levar adiante sua vontade revolucionária de "mudar logo uma situação insuportável". Debray teve o papel de desviar a discussão central do "caráter da revolução" para uma discussão que vem depois. "O foco cria o partido" e não podemos ficar a perder tempo em discussões estereis próprias dos intelectuais pequeno-burgueses. Por esse "atalho" foi fácil para a esquerda esconder e "deixar para depois" a discussão do caráter e caminho da revolução no Brasil. Para um país que não tinha uma herança marxista a primeira tarefa dos revolucionários do Brasil seria a de naturalizar o marxismo e desenterrá-lo da época do obscurantismo stalinista. Contudo, de 1967 a 1968 notamos um processo de aglutinação das esquerdas. De um lado a esquerda foquista liderada e representada pela cisão da POLOP - a COLINA- e os grupos que recebiam influência das teses de Marighella; de outro a esquerda proletária liderada pela POLOP e dissidência municipal do Rio Grande do Sul que resultou na origem do Partido Operário Comunista (POC).

O Ato institucional n.5 representou uma mudança política na conjuntura brasileira. Produto da reaglutinação de forças no seio da burguesia e uma alteração de comandos e ordens nos quartéis sob a liderança apática do general Costa e Silva. Isto demonstrou que os generais estavam decididos a continuar dirigindo o país contra a ameaça latente e presente do comunismo e mesmo por cima da impopularidade e do movimento de massas que culminou com a "marcha dos cem mil", grande protesto da classe média contra a repressão aberta da polícia e indiscriminada. E até contra a reação que começou nas fábricas de São Paulo e Minas Gerais que culminaram com greves contra o "arrôcho salarial".

A radicalização da repressão policial levou o movimento de massas a entrar em repouso.

As organizações foquistas julgaram que havia chegado a hora para a instalação do foco guerrilheiro como saída para a baixa do movimento de massas e uma forma de apresentar uma perspectiva para o movimento operário. A ausência do movimento operário do palco das lutas sociais refletiu diretamente na busca desesperada de um caminho de contra-reação, de resposta à violência da ditadura. Do "povo organizado derruba a ditadura" passamos ao "povo armado derruba a ditadura". A mudança da palavra de ordem mostra a transformação da prática dessas organizações que controlavam as passeatas.

Por trás deste radicalismo prático escondia-se uma confusão teórica e programática. Não é surpresa que a negação do militarismo na Autocrítica Necessária implique na volta ao reformismo programático. Verdade é que entre a prática dos assaltos e ações espetaculares sempre existiu uma lacuna que agora os camaradas militaristas começam a descobrir. Já era de se esperar...

Nesta época a POLOP foi criticada de "pacifista disfarçada", ou de "falar muito, mas na prática...", só porque queria seguir os ensinamentos de Lênin - que ninguém tem coragem de chamar de intelectualista - ao colocar que as circunstâncias sociais ainda não estavam maduras para a instalação do foco ou que não existia uma "situação revolucionária" como a definia Lênin. Não é gratuitamente que quando se falava em insurreição operária, já que só entendíamos luta armada como luta da classe operária armada, a POLOP era olhada com espanto e rotulada de INSURREICIONALISTA! Só de passagem citamos um trabalho de João Quartim que ilustra bem esta afirmação: O POC afirma "a necessidade abstrata da luta armada sem no entanto desenvolver nenhuma prática concreta que indique como pretende realizá-la", o que o leva "a permanecer aquém da luta política real do país" (J.Q., La guérilla urbaine au Brésil, em Les Temps Modernes, n.292, novembro 1970, pp.364-365; o primeiro grifo é nosso). Voltaremos a estas questões.

Enfim, a Revolução na Revolução? de Debray foi a válvula de escape da esquerda que se assentava na pequena-burguesia. Não estamos com isso querendo tirar o valor do Debray (como intelectual), nem tomá-lo como "saco de pancadas". Acreditamos que suas teses representam a primeira tentativa de sistematizar a prática do foco. Pois a história da revolução cubana ainda está para ser feita. Quem melhor estudou o Debray no Brasil foi o Ernesto Martins: Luta armada e luta de classes (Marxismo Militante, n.1, agosto 1968) é sem dúvida a melhor análise crítica da guerra revolucionária no país e do papel do foco nas condições da sociedade brasileira. Colocando que Debray no prefácio de Rev. na rev.? diz que o lado espontâneo da rev. cubana é irrepetível, e que toda história que não é conhecida cientificamente se torna mito, mostra que é justamente o lado do mito e do espontâneo que o Debray procurou estender para o resto da América Latina, chegando mesmo a institucionalizá-lo ao acrescentar que é perda de tempo ficar em "mesas redondas" discutindo o caráter da revolução, em vez de ir para o campo. Completamente sem visão das diferenças históricas de cada país e da especificidade de processos revolucionários (sem que com isso neguemos a continentalidade da revolução na América Latina), nem do desenvolvimento agrário de cada país, questão básica para podermos pensar em instalação do foco guerrilheiro. Mais adiante afirma o E.M. que o que há de importante no trabalho de Debray é mostrar o caráter móvel do foco, embora esquecendo de ligar a estraté-

gia guerrilheira à estratégia global da luta de classes.

Eram essas as questões básicas que queríamos levantar antes de passar à análise detalhada do documento da "tendência leninista da ALN": Uma Autocrítica Necessária. (conclui no próximo número)

OPINIÕES DE MIGUEL ARRAES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

P- Considera que o movimento popular pode seguir, no Brasil, o mesmo caminho que no Chile?

R- Admitir as comparações traz sempre problemas. Ter-se-ia que expor previamente as diferenças e as semelhanças para que um paralelo ficasse melhor estabelecido.

Mas, de uma maneira geral, pode-se dizer que a atual via chilena foi cortada em 1964 pelos militares brasileiros. Todos os que acreditaram na possibilidade de uma volta à chamada "legalidade democrática" tiveram suas esperanças desfeitas. A ditadura não quer e sobretudo não pode consentir uma volta às práticas democráticas.

P- Como caracteriza então o govêrno brasileiro?

R- É a ditadura de uma classe - a grande burguesia associada aos monopólios estrangeiros - minoritária mas economicamente forte para poder impor a sua vontade e a sua lei à maioria do povo brasileiro. A sucessão das decisões políticas e econômicas tomadas desde 1964 até hoje demonstram com suficiente clareza que a defesa do regime vai implicando fatalmente uma fascistização crescente do Estado e de suas instituições e uma exploração econômica cada vez maior das massas trabalhadoras. Ora, uma coisa caracteriza essencialmente um tal regime: êle pode ser um dia abatido, mas é irreformável.

P- Qual a oposição que encontra o regime?

R- A maioria do povo se opõe à essa ditadura militar de uma classe privilegiada e minoritária. Seus interesses são desrespeitados e o povo luta contra essa situação de injustiça e de exploração. Sempre lutou e continua lutando com os meios ao seu alcance. Exprime o seu descontentamento e a sua revolta de diferentes formas, segundo as relações de força que se defrontam em cada momento e em cada lugar.

Esta oposição do povo ao sistema de uma minoria privilegiada é o motor de toda luta passada, presente e futura, sejam quais forem os aspectos de que se

tenham revestido a dominação e a revolta contra ela. São interesses vitais que determinam essa revolta. Ela não encontrou, porém, até hoje, uma forma de expressão suficientemente eficaz que permitisse à maioria inverter a situação.

É este o verdadeiro problema de todos os partidos, organizações e formações políticas de esquerda que representam as forças organizadas, como também os numerosos grupos e correntes de esquerda ou progressistas não estruturados politicamente, mas engajados de qualquer forma na luta contra a ditadura. É este o verdadeiro problema dos partidos e organizações revolucionários.

P- Como vê o apoio do povo às organizações existentes?

R- Não se deve perguntar porque o povo, submetido a um sistema econômico, social e político fundado sobre a exploração não participa de forma decidida na luta das organizações e formações revolucionárias. Deve-se perguntar porque essas organizações não conseguiram ainda apoiar e sustentar eficazmente a luta do povo, elevar-lhe o nível de consciência política e de luta contra a opressão sistemática - concreta e localizada - a que ele é submetido. A luta principal que se trava no Brasil não é aquela que opõe a ditadura às organizações revolucionárias, mas aquela que opõe a massa dos explorados às classes dominantes.

É evidente que todos buscam as formas mais apropriadas para a solução dessa questão fundamental. Caminhos vem sendo abertos pouco a pouco através de tropeços e de sacrifícios de muitos, no passado e no presente. O encontro dessas experiências e do esforço de todos os que continuam na luta abreviará, sem dúvida, a entrada na estrada que devemos seguir.

P- Qual a proposição que apresenta às forças populares brasileiras?

R- Temos uma posição que pode ser clara e sucintamente definida:

- 1- luta contra a ditadura e ao sistema que ela representa e defende;
- 2- luta contra o imperialismo. A associação da grande burguesia brasi-

leira aos grupos monopolistas internacionais e nominadamente norte-americanos não obedece aos interesses do povo brasileiro, mas exclusivamente aos interesses da burguesia contra o povo e do imperialismo contra a autodeterminação dos povos. A nossa luta é, portanto, pela autodeterminação do povo brasileiro contra toda e qualquer forma de exploração.

3- Todo o empenho no desenvolvimento de uma ação política voltada para a unificação das forças populares na luta contra a ditadura. A constituição de uma Frente das forças populares é um objetivo que não pode ser realizado imediatamente; no entanto, é nessa perspectiva que tem sentido o esforço desenvolvido em favor da unidade e em torno desses objetivos comuns.

4- uma frente das forças populares será capaz de pôr em confronto os verdadeiros adversários, isto é, as classes dominantes e o povo explorado. Só essa frente terá condições para generalizar, como é necessário, a luta política, sem o que a concentração das forças de repressão do inimigo reduz ou invalida toda tentativa de oposição real. Neste momento, portanto, devemos avaliar todas as dificuldades, examinar todos os erros e tomar as medidas ao alcance de cada um para que a nossa luta se transforme numa luta popular.

P- Acredita então que as organizações reunir-se-ão numa frente popular?

R- A unidade das forças populares não significa apenas a unidade das organizações que atuam hoje no Brasil.

Cabe, portanto, perguntar: qual a relação que existe entre as ações unitárias das organizações e essa unidade das forças populares? Na verdade acreditamos tratar-se de dois aspectos da mesma questão. Por um lado, nossa luta deve ser conduzida na medida em que esta unidade se consolide. Por outro lado, as ações unitárias que no momento possam ser desenvolvidas pelo conjunto das forças revolucionárias pode contribuir para a ampliação de nossa luta naquela direção.

A maioria das iniciativas unitárias têm decorrido da necessidade das organizações de se preservarem contra a repressão.

Tôda ação unitária deve ser, no entanto, examinada politicamente nas suas causas e conseqüências, tendo em vista ultrapassar os limites dentro dos quais ela se desenvolve.

Não levar em conta isso é ignorar os próprios objetivos da revolução.

É essa a nossa posição, porque o nosso engajamento é com a luta das forças populares. E o objetivo dessa luta só pode ser a tomada do poder pelo povo e a instalação de um sistema e de um regime que correspondam aos seus verdadeiros interesses.

O PCB E O OPORTUNISMO

Paulo Lemos

Em recente artigo Luiz Carlos Prestes trata do problema do "oportunismo" no Brasil e no mundo de hoje apresentando a alternativa do P.C.B. Reconhecendo a importância não só histórica como também atual do P.C.B., creio que seria importante a discussão de algumas de suas teses;

I-PARECE-ME QUE AO RECORRER A LÊNIN, PRESTES IDENTIFICA DE MANEIRA JUSTA A RAIZ SOCIAL DO "OPORTUNISMO" MAS CERCA ESTA ANÁLISE DE CONSIDERAÇÕES FALSAS QUE SÓ AJUDAM A PERPETUAR OS ERROS ANTERIORES DO P.C.B. E A DEFORMAR A ANÁLISE DE LÊNIN.

Prestes caracteriza o "oportunismo" como tendência pequeno-burguesa que não conseguindo solucionar bem a relação vanguarda-classe, atribui à vanguarda tarefas históricas que só podem ser resolvidas pelo povo: a revolução e a transformação da sociedade. Esta tendência pode se apresentar sob várias formas. Em sua manifestação foquista, parte de pretensas características peculiares da experiência histórica da América Latina, afastando o povo do cenário político. Coloca como alavanca da história um bando de bravos de "classe média" que "proletarizados por sua tarefa histórica" se transformariam em força social autônoma e auto-suficiente. Outra manifestação desta tendência se baseia na "teoria do efeito-demonstração". O uso de violência através de ações exemplares, mostraria ao povo como se pode vencer a ditadura. Prestes afirma que esta tendência só pode enfraquecer a luta pela transformação de nossa sociedade. Elas colocariam esta luta num terreno em que só o inimigo pode vencer.

Acreditamos também que travar a luta num terreno em que um setor importante das forças populares tende a ser vencido, é negativo. Isto teria como conseqüência isolar a classe operária de um de seus aliados indispensáveis à

vitória popular. Até aí, qualquer reparo à posição de Prestes, é secundário. Tal não ocorre, porém, quando êle procura analisar as raízes de uma maior incidência do "oportunismo" no mundo moderno. Apresenta, como razões para êste crescimento, elementos tais como: menosprêzo pelo papel da União Soviética, papel negativo da China Popular, e até mesmo uma pretensa elaboração teórica feitas por agentes da C.I.A. que teria grande audiência na "classe média".

Parece razoável supor que a maior incidência do "oportunismo" tem duas raízes concretas:

1- uma que Prestes reconhece: as recentes mudanças de estrutura no mundo capitalista afastam da participação no poder amplas camadas intermediárias, que se orientam no caminho da revolução socialista, levando entretanto, consigo, algumas de suas características políticas tradicionais tais como:

-tendência a travar a luta isoladamente.

-consequentemente, a subestimar a participação popular na mesma.

2- outra não menos importante, fica ausente da análise de Prestes: o fato de que as "vanguardas das classes operárias" tenham, grosso modo, abandonado uma perspectiva de luta revolucionária, criando um vácuo político nefasto. A inexistência de um programa revolucionário coerente sustentado pelo grupo social historicamente capaz de aglutinar em torno de si uma ampla frente única de classes explica, em grande parte, as manifestações isoladas de luta. O abandono, de maneira geral pelos partidos comunistas ligados à União Soviética, da luta revolucionária pela transformação da sociedade está, a meu ver, na base da explicação do fenômeno "oportunismo". Nestas condições, cada setor da população, favorável ao socialismo, passa a elaborar seus próprios programas, e a estruturar suas próprias organizações, sem a capacidade de estruturar a frente única necessária a sua vitória.

II - PRESTES, A MEU VER, SOLUCIONA MAL O PROBLEMA DAS ALIANÇAS EXTERNAS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA.

1- sem muita clareza, coloca a posição face à U.R.S.S. como "pedra de toque" da definição do que é revolucionário. Nega-se a ver que a URSS, hoje, não é nem mesmo capaz de diagnosticar, quanto mais de superar suas próprias contradições internas. Que, nestas condições, ela não pode mais ser a "vanguarda dos movimentos revolucionários de todo o mundo". Nessas condições, ela tende a freiar e não a impulsionar os movimentos que a tomem por "centro". Isto não significa que se aceite as acusações que o "revisionismo moderno" esteja em conluio com o imperialismo ame-

ricano. A URSS, apesar de suas malformações, é no fundamental um país socialista e uma grande potência com interesses opostos aos dos EEUU. Isto faz com que ela seja um aliado natural de todos os que lutem contra o imperialismo americano. No entanto, daí a ver a URSS como um dinamizador dos movimentos revolucionários, vai uma grande diferença.

- 2- da mesma forma nos parece falsa e descobida a análise feita por Prestes da República Popular da China. A China como grande potência socialista e inimiga do imperialismo americano é uma poderosa aliada que não podemos menosprezar. Subordinar os interesses da revolução brasileira à política de qualquer das duas potências é falso e esterilizante.

III- PRESTES DIZ QUE O "OPORTUNISMO" TEM SUAS RAÍZES TEÓRICAS NUMA FALSA ANÁLISE DA SITUAÇÃO NACIONAL. O QUE ÉLE APRESENTA COMO ANÁLISE DESSA SITUAÇÃO ? DOIS ELEMENTOS FRACOS E FALSOS.

- 1- Diz que em 1964 as forças populares foram derrotadas e compara essa derrota à sofrida pelo movimento revolucionário russo em 1905. Nada mais falso. Em 1964, o que havia no Brasil era um governo e um estado que traduziam uma aliança da burguesia com o imperialismo. O povo não participava no poder. O reformismo colocava diversas organizações de esquerda como caudatárias dos setores mais dinâmicos da aliança no poder. Há, entretanto, uma grande distância entre ser caudatário e participar do poder. O golpe representou a ruptura da aliança de classes que dominava o país. Impôs a toda a nação uma ditadura da burguesia mais avançada que no Brasil é estreitamente ligada ao imperialismo. Esta ditadura é anti-popular. Pretende o desenvolvimento do país às custas do povo e pela eliminação dos setores pré-capitalistas. Tem uma base social nítida mas estreita. É dinâmica e violenta. Sua violência tem origem na sua natureza de classe e nos seus objetivos. Esta violência provoca a resistência popular. Esta resistência assume características mais violentas como consequência da opressão a que o povo é submetido e não o contrário. A tese oposta é da ditadura e de seus aulicos.

Em 1964 as forças populares foram vítimas passivas de uma ruptura da aliança de classes dominante. O golpe atingiu as forças populares que não reagiram. O que surgiu aí não foi o "oportunismo" mas a desorganização e a perplexidade. Desarmados de uma justa interpretação da situação nacional, as forças populares assistiram, desorientadas, ao seu próprio desmantelamento. A multiplicação dos grupos de ação direta foi consequência de:

- a- aumento da opressão sobre o povo.
- b- inexistência de uma vanguarda revolucionária.

A medida que a ditadura aprofundava e ampliava a exploração do povo é que militantes (em geral das camadas intermediárias) não encontrando uma força revolucionária em torno da qual pudessem se aglutinar, caíram nas ações armadas imediatas sem encontrar os meios de mobilizar uma ampla frente revolucionária popular.

IV - PRESTES CARACTERIZA O PODER NO BRASIL COMO UMA DITADURA FASCISTA.

Como é da caracterização do poder que parte a definição da frente de classes, como também do programa e da natureza da revolução, a caracterização nos parece pobre. Quem está no poder no Brasil? Quem está dominando e quem é dominado? Parece-nos que este é o caminho a ser seguido pelas forças revolucionárias. Minha opinião é que a burguesia é que está no poder, aliada ao imperialismo e tendo conseguido afastar as forças tradicionais: os latifundiários.

A revolução burguesa está em curso no Brasil. O processo de reforma agrária do tipo prussiano, que estava ocorrendo desde os anos 30, se acelerou nas duas últimas décadas e tornou-se irreversível. Ao mesmo tempo em que a atual ditadura impõe ao povo maiores sacrifícios, acelera o processo de concentração de capital, força a associação de empresas, a fusão de capitais e leva à falência as empresas mais fracas.

Como o latifúndio está inserido em uma sociedade predominantemente capitalista, ele também sofre as consequências destes processos. É obrigado a "se adaptar" e as relações de trabalho no campo se transformam com a generalização do trabalho assalariado. O próprio deslocamento da mão de obra do interior das fazendas para a sua periferia leva a uma diminuição das formas de dominação extra-econômica. É claro que este processo não atende às aspirações dos nossos trabalhadores rurais, cujas condições de vida tendem a piorar, mas aumenta o contingente do proletariado rural. Isto é fundamental para a revolução brasileira.

Não quero afirmar que o processo de reforma agrária esteja acabado, pelo contrário, em amplas áreas ainda domina o latifúndio onde as relações de parceria pré-capitalista são dominantes e, em todo o campo as formas de dominação extra-econômicas subsistem mesmo se debilitadas. O importante a registrar é a existência do processo e que a política do governo tende a acelerá-lo. Medidas como a transferência do imposto territorial para o âmbito da União, como a mudança do preço suposto de desapropriação, enfraquecem os latifundiários que se sentem traídos e manietados, eles que foram um dos principais

sustentáculos da "revolução de 64". No nível nacional, a liquidação dos poderes do parlamento os atingiu muito mais do que o povo; a eliminação formal e concreta da autonomia dos estados e municípios, dois níveis em que a participação dos latifundiários no poder era em geral dominante, foi outro duro golpe que sofreram. Assim, como classe, não participam do poder central, só tendo acesso ao mesmo à medida que se "modernizam", isto é, que se adaptem ao mercado capitalista e deixem de ser latifundiários tradicionais.

Essa nova situação só foi possível devido às mudanças ocorridas na dominação imperialista a partir dos anos 50, quando o imperialismo introduziu no Brasil empresas voltadas para o consumo interno, tornando-se então possível uma nova polarização da burguesia. Até mesmo as enquetes sociológicas realizadas em países como o Brasil e a Argentina mostram que as empresas estrangeiras (agências internas dos trustes internacionais) e as nacionais mais desenvolvidas (ou que dispunham de maior controle do mercado), defendiam uma mesma política que implicava tanto na eliminação de concessões ao povo, quanto na dos chamados "restos pré-capitalistas".

Esta nova política pressupunha a implantação de uma ditadura de classe.

Dentro deste quadro, como explicar o caráter militar da ditadura? No Brasil repetiu-se durante muito tempo os erros que foram cometidos, no século passado pelos revolucionários europeus quanto à caracterização das forças armadas. Desenvolveu-se no Brasil toda uma teoria quanto ao caráter popular das forças armadas como consequência de sua "composição de classe". Falou-se muito de seu caráter patriótico e democrático, esquecendo-se sempre sua natureza de braço armado do estado, de instrumento de dominação de classe. Quando a burguesia necessitou apoios para realizar o expurgo e a depuração do aparelho estatal adaptando-o à sua dominação exclusiva, foi nas forças armadas que encontrou seu instrumento mais eficaz. Assim, mais uma vez, elas jogam seu papel "progressista" e desempenham sua função de instrumento de repressão. Expurgadas dos elementos mais ligados às causas populares, transformaram-se não só em ponto de apoio para forçar a reestruturação gradual dos demais setores do aparelho estatal, como também em eficaz e terrível polícia política e máquina de repressão. Daí o caráter "militar" da ditadura no Brasil. Os militares são instrumentos de uma burguesia que não divide os instrumentos do "poder econômico". Apesar dos vaia e vens, desde 30 o Brasil não possuía tal coerência de todos os instrumentos de formulação da política econômico-financeira por tão longo prazo. No Brasil, só o "poder civil" é tocado pelos militares. O "poder econômico" está coerentemente com os agentes civis da burguesia.

Quanto ao caráter fascista da ditadura, ele me parece obscuro; nem o país possui um tipo de política nacionalista, nem há uma ampla mobilização, do tipo fascista, das classes médias. As atuais tentativas de mobilização da opinião pública, parecem fadadas ao insucesso, pois só poderiam vingar a custa de concessões.

soes que paralizariam o processo de transformação capitalista impôsto pela ditadura.

V- PRESTES CARACTERIZA A ATUAL ETAPA DA VIDA POLITICA BRASILEIRA COMO SENDO AINDA CONSEQUÊNCIA DO ENFRENTAMENTO ENTRE AS FÔRÇAS POPULARES, QUE TERIAM SIDO DERROTADAS EM 1964, E AS "FÔRÇAS REACIONARIAS", QUE TERIAM SIDO VITORIOSAS. Em consequência, aponta como maior perigo o "oportunismo". Parece-me errado. Como já dissemos, em 64 as fôrças populares estiveram ausentes, tendo sido surpreendidas e desarticuladas pelo golpe. Depois, em 1968, houve um auge temporário da mobilização de massas (estudantil e de certos setores da classe operária). Ao mesmo tempo, e principalmente a partir da repressão que se acentuou, formaram-se e multiplicaram-se as organizações de luta armada. Militantes, e dos melhores, a maioria de classe média, passaram a opor sua violência à da repressão. Durante um período de cerca de dois anos e meio, a bandeira da ação armada imediata passou a ser irresistível nos meios progressistas da classe média, chegando a atingir profundamente o aparelho do PCB. Durante todo êste período a imprensa comunista tratava de "patriotas equivocados" aos partidários da ação armada.

Durante êste período, aos êxitos dêstes grupos a ditadura opôs uma repressão brutal, montando um aparelho repressivo sem paralelo em nossa história.

Generalizou a violência modernizando seus instrumentos policiais. Impôs derrotas aos grupos armados a custa da sistematização das prisões, da tortura e do assassinato dos militantes.

Nesse momento, sim, há um enfrentamento e só não se pode falar em uma derrota dos grupos armados porque a base social de que partiram tende a reconstituir-se. O problema pois não é apenas o de constatar uma derrota e convidar ao "retorno ao trabalho de massas". A única forma de unificar tôdas as fôrças, de impedir as manifestações isoladas e violentas de oposição à ditadura, é a elaboração de um programa e o nascimento de uma fôrça revolucionária capaz de canalizar todo o potencial revolucionário de nosso povo. Este objetivo não pode ser atingido sem um exame profundo da natureza de classe do poder no Brasil. Não se pode chegar a isto através de "faz de conta" que nos deixa em posição honrosa diante dos representantes dos "partidos irmãos", mas em ridículo diante dos militantes brasileiros. Não é afirmando que o PCB "conservou sua unidade e quebrou as tentativas diversionistas de seus inimigos" quando todos sabemos que nos últimos 14 anos milhares e milhares de militantes de todos os níveis o abandonaram, isoladamente ou em grupos, pela simples razão de que êle não mais se apresentava como uma alternativa revolucionária para nosso povo. Só através do estudo de tôdas as experiências de luta do nosso povo contra a dominação que o oprime é que poderemos descobrir o caminho de nossa revolução. Uma das mais vigorosas resistências à ditadura tem sido justamente a das camadas que geraram as ações armadas. Mesmo que tenham sofrido derrotas já deram uma contribuição inestimável à clarificação

da nossa situação política: hoje não é mais possível pensar em formar a unidade popular em torno de bandeiras reformistas. O caminho da revolução passa por um longo e paciente caminho de despertar, mobilizar e organizar tôdas as camadas oprimidas de nosso povo, mas isto só poderia ser feito por uma via revolucionária que levará necessariamente o povo armado a derrotar seus inimigos.

INDICE DO PRESENTE NÚMERO

EDITORIAL: PELO APROFUNDAMENTO DA DISCUSSÃO E DA AUTO-CRÍTICA DOS REVOLUCIONÁRIOS MARXISTAS DO BRASIL ?	p. 3
DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (abril 1967)	p. 6
O DEBATE EM TORNO DO DOCUMENTO "UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA"	p. 21
Resposta do Coletivo do Chile da Tendência Leninista da ALN às críticas de A. Silva	p. 21
A reorganização dos leninistas brasileiros, por A. Silva (comentários à resposta da TL-ALN do Chile)	p. 23
Resposta do Coletivo da Tendência Leninista da ALN do Chile a Fernando de Andrade	p. 26
Alguns equívocos da libertação nacional, por Fernando de Andrade (comentários à resposta da TL-ALN do Chile)	p. 30
Autocrítica que não foi feita, por Diogo Tavares (I)	p. 34
OPINIÕES DE MIGUEL ARRAES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO	p. 39
PAULO LEMOS : O PCB E O OPORTUNISMO	p. 42

DEBATE, ORGÃO DE REAGRUPAMENTO DOS REVOLUCIONÁRIOS MARXISTAS DO BRASIL !
 DEBATE, pela UNIDADE DA IMPRENSA MARXISTA DO BRASIL !
 DEBATE, por um partido revolucionário do proletariado!
 DEBATE, instrumento teórico da LUTA CONTRA A DITADURA, CONTRA O IMPERIALISMO,
 DEBATE, pela LIBERDADE, PELO SOCIALISMO!

LEIA, DISCUTA, CRITIQUE, COOPERE COM DEBATE !
 DESENVOLVER COM CONSEQUÊNCIA A LUTA IDEOLÓGICA,
 DESENVOLVÊ-LA ORGANIZADAMENTE,
 NUMA IMPRENSA MILITANTE E DEMOCRÁTICA,
 EFETIVAMENTE ABERTA AO PROCESSO CRÍTICO E AUTO-CRÍTICO
 DE QUE NECESSITA NOSSO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO
 PARA SUPERAR A SITUAÇÃO DE DERROTA,
 PARA CRIAR AS PREMISSAS
 DE VITÓRIAS FUTURAS !

COOPERE COM DEBATE !